

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 39ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a comemorar os 100 de criação da Ordem DeMolay
- 1.2 – 40ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a comemorar os 80 anos da Associação Mineira de Cronistas Esportivos – Amce
- 1.3 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATA DA 39ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/11/2019

Presidência do Deputado Gustavo Mitre

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Glaycon Franco – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Anderson Calais – Palavras do Sr. Guilherme Santos – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Bruno Engler – Coronel Sandro – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Mauro Tramonte – Sargento Rodrigues.

Abertura

O presidente (deputado Gustavo Mitre) – Às 20 horas e 15 minutos, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Boa noite a todos! É uma honra muito grande para nós, da Assembleia Legislativa, fazer parte de uma solenidade de uma grande importância como esta de hoje à noite, a comemoração dos 100 anos da fundação dos DeMolays em nosso país, o Brasil.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar os 100 de criação da Ordem DeMolay.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Jorge Tarabal, mestre conselheiro estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais; Eduardo Barbosa Fernandes, mestre conselheiro estadual do Grande Capítulo do Estado de Minas Gerais; Guilherme Santos, grande mestre nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; Anderson Calais, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais; e Leandro Temponi, grande orador nacional adjunto do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; a Exma. Sra. Nilda Lira, presidente do Clube de Mães e Amigos Tia Tânia nº 73 do Capítulo Arte Real nº 141 da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; e os Exmos. Srs. deputados Glaycon Franco e Mauro Tramonte, coautores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidar todos a conhecer o movimento Sou Minas Demais.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo na defesa de Minas e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça. O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrarmos da nossa história, celebrarmos novas conquistas e valorizarmos a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação.

Convidamos a todos a assistir ao vídeo-manifesto da campanha e se juntar a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvirem o Hino Nacional, que será executado pelos músicos da Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios – do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Gostaríamos de registrar o recebimento de mensagem que nos foi enviada pelo Exmo. Sr. deputado federal Domingos Sávio, através da qual ele cumprimenta os deputados originários que deram causa a esta homenagem. Parabeniza também a entidade homenageada desta noite e justifica sua ausência em razão de compromissos agendados anteriormente a este.

Palavras do Deputado Glaycon Franco

Exmo. Sr. Deputado Gustavo Mitre, representando neste ato o presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, ao qual gostaria de render as nossas homenagens por ter atendido de pronto a este chamamento dos deputados proponentes: eu, o deputado Mauro Tramonte e o deputado Gustavo Mitre. Agradecemos muito penhoradamente ao nosso presidente.

Sr. Mestre Conselheiro Estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais, Jorge Tarabal; Exmo. Sr. Deputado, amigo, irmão Mauro Tramonte, coautor desta homenagem; grande mestre nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, nosso amigo e irmão Guilherme Santos; grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais, Anderson Calais; mestre conselheiro estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay do Estado de Minas Gerais, Eduardo Barbosa Fernandes; grande orador nacional adjunto do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, Leandro Temponi; Sra. Nilda Lira, presidente do Clube de Mães e Amigos Tia Tânia nº 73 do Capítulo Arte Real nº 141 da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; sobrinhos; irmãos; senhoras e senhores; distinto público que nos acompanha pela TV Assembleia, desde que assumi minhas funções junto a esta Casa Legislativa, tenho dado especial atenção às entidades prestadoras de serviços à coletividade e ao bem social, norteado sempre pelos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade. Esses três conceitos têm sido uma das principais colunas de apoio de meu trabalho, sem dúvida nenhuma por estar entre irmãos e a Maçonaria do Brasil, com quem tenho mantido os mais fraternos contatos. Não percamos de vista sua contribuição

para a história do Brasil, em que ilustres maçons, até com sacrifício da própria vida, legaram à posteridade os princípios universais da democracia, da eleição direta dos governantes, do respeito aos direitos à segurança, à prestação de bons serviços pelo Estado, enfim, o direito de todos à vida com qualidade.

Convém lembrar também dos inestimáveis serviços filantrópicos prestados pelos irmãos maçons. A sociedade maçônica está sempre na vanguarda das boas causas sociais, seja pelo apoio às pessoas mais carentes, seja pelo trabalho voluntário para a diminuição dos flagelos de catástrofes naturais. Todos conhecemos os imensos benefícios que a ordem presta a milhares de brasileiros, bem como a sua participação nos momentos mais relevantes de nossa história. Somente isso seria suficiente para inscrever a ordem maçônica entre as entidades de maior inserção social no Brasil.

Hoje estamos reunidos para enaltecer um dos principais braços sociais que carinhosamente nos abraçam. Para a minha enorme satisfação e de milhares de brasileirinhos, a Ordem DeMolay, patrocinada pela maçonaria e destinada a jovens do sexo masculino, com idade compreendida entre os 12 e os 21 anos, está completando 100 anos de criação. É sobre ela que falarei um pouco mais, mas não dos aspectos históricos de quando foi fundada e introduzida no Brasil. Afinal essas informações já são de conhecimento de todos os presentes.

Ressalto os enormes benefícios que a Ordem DeMolay traz a milhares de jovens brasileiros, principalmente na fixação de valores que tornam os cidadãos úteis à sua família e à sociedade em que circulam. Na Ordem DeMolay, não é exagero afirmar que depositamos o futuro da própria ordem maçônica e sua preciosa contribuição social, o que se deve, sem dúvida, à seriedade com que os nossos jovens iniciados encaram suas atividades. E todo esse vigor moral está ancorado na encarnação das sete virtudes cardiais de um demolay: amor filial, reverência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo. Virtudes tão ausentes, embora tão necessárias aos dias atuais.

Os jovens demolays são garotos extremamente diferenciados. Um demolay é atencioso, dono de bons hábitos, estudioso, amigo de todos e sempre disponível para ajudar o próximo. As qualidades desenvolvidas pelos demolays deveriam ser apregoadas aos sete ventos e repassadas para todos os adolescentes e jovens brasileiros. A nossa nação hoje encontra-se sedenta de disciplina e fraternidade, bem como de valores éticos, que lhe possam propiciar o mínimo de convivência, e é aí que entram as sete virtudes cardiais dos jovens demolays. Elas são uma profissão de fé, uma orientação segura para qualquer jovem poder orientar a sua vida. A recompensa trará a paz espiritual e a perfeita integração com todos os membros da coletividade.

Acompanhem agora o porquê dessa minha convicção em cada uma das sete virtudes.

Amor filial. Que belo exemplo nos dão os DeMolays, ao respeitarem profundamente seus pais. O que se vê, hoje em dia, em milhares de lares, é justamente o contrário. Filhos que desrespeitam seus pais.

Reverência pelas coisas sagradas. Está comprovado que o jovem que acredita na divindade e na sacralidade do ser humano, como os demolays, é mais integrado à sociedade. Quem acredita em Deus, respeita todas as formas de vida, trazendo mais serenidade a este mundo tão conturbado.

Cortesia. Um demolay se distingue pela extrema sensibilidade com que trata todas as criaturas, independentemente de sua posição social ou ideológica. Distingue-se pela sua educação. Como é bom ver um jovem ceder o seu espaço no ônibus para uma pessoa mais vivida ou portadora de uma necessidade especial. Esse gesto revela, sem dúvida, que estamos diante de um demolay.

Companheirismo. O devotamento aos amigos também reflete o espírito de um jovem iniciado. Os demolays, desde cedo, aprendem que a amizade é o outro nome do amor e que um amigo de verdade é o elo que nos liga à divindade, tornando-nos membros fraternos de toda a humanidade.

Fidelidade. O demolay é sinônimo de fidelidade à sociedade maçônica, aos seus tios e mentores, aos seus pais, ao seu país. É fiel aos compromissos ajustados com o seu grupo; é solidário nas dificuldades e sempre diz “presente” às atividades a serem desenvolvidas.

Pureza. O coração de um jovem demolay prima pela retidão, pela entrega ao seu ideal porque sabe ser verdadeiro e socialmente justo. A pureza de propósitos de um demolay transparece em sua sinceridade no modo de expor, pacificamente, seu ponto de vista, e no modo de agir com profundo respeito aos seus semelhantes.

Patriotismo. O amor à Pátria. É o amor à família estendida. A Pátria é a ampliação do nosso lar e do de nossos amigos e respeitá-la é venerar cada ser humano que a integra. Sem o amor aos nossos pais, não será possível a fraternidade universal, pois ela depende de pessoas que se amam e se completam, e a Pátria, em sua diversidade, é o complemento das qualidades individuais.

Ao falar assim, de sentimentos que me são tão caros, pode ser que vocês entendam que esta homenagem que requeremos, eu e meus irmãos deputados maçons, e que será eternamente inscrita nos anais desta Casa, é fruto do amor fraternal que nutrimos por vocês, meus caros sobrinhos. Não posso negar que isso seja uma verdade, mas não é apenas esse o motivo. Providenciamos essa reunião como parlamentares integrantes de um grupo de 77 pares que, juntos, representamos 21 milhões de mineiros.

Procuo desempenhar meu mandato parlamentar armado com a responsabilidade de representar aqueles que confiaram em mim. Julgo que um deputado responsável tem que cumprir um grande dever, que é o de dar o exemplo. Um deputado estadual deve honrar suas funções exercendo-as com a percepção da sociedade que representa e sempre atento aos seus movimentos, anseios e desejos. Não posso executar meu trabalho sem perceber o que sente e o que faz o meu povo, e, fazendo isso, não posso ver, sem aplaudir, o belo trabalho que vocês têm desempenhado em benefício de Minas Gerais, do Brasil e da humanidade.

Conforta-me, como parlamentar, perceber que vocês já formam um pequeno exército entre a população de Minas Gerais e também me conforta saber que esse exército está em crescimento, e não posso conter o ímpeto de desejar que cresçam mais e mais, de forma a oferecer, algum dia, à totalidade dos nossos jovens e adolescentes, as qualidades e as oportunidades de que vocês são detentores.

Esta homenagem, para mim, é também dever de Estado. Continuem evoluindo, moral e socialmente. Quem sabe, daqui a alguns anos, com o Brasil sendo contaminado saudavelmente por vocês, venhamos a ter a nossa tão sonhada sociedade fraterna e verdadeiramente justa e perfeita!

Meus queridos irmãos maçons e meus jovens sobrinhos demolays, parabéns pelos 100 anos da Ordem DeMolay no mundo. Já é hora de encerrar e quero fazê-lo amparado na máxima de Jacques de Molay: “Não importa o que digam ou pensam, alcançaremos os nossos objetivos com aqueles que nos protege”. Que Deus sempre nos proteja e nos ilumine. Era só, presidente. Muito obrigado a todos.

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Gustavo Mitre, neste ato representando o deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, juntamente com os deputados Glaycon Franco e Mauri Torres, farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem aos Srs. Eduardo Barbosa Fernandes, mestre conselheiro estadual do Grande Capítulo do Estado de Minas Gerais, e Jorge Tarabal, mestre conselheiro estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais. A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “Ajudar o próximo e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária são objetivos nobres e reavivam a crença em um mundo melhor. Por essa razão, a Ordem DeMolay, um grupo de jovens patrocinado e apoiado pela maçonaria desde 1919, tem envidado todos os esforços na prática de uma vida pura, reta, patriótica e reverente, inspiração para todos os cidadãos. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância da Ordem DeMolay para o Estado e para o País, rende a ela esta honrosa homenagem pelos 100 anos de sua criação.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Anderson Calais

Boa noite a todos, Exmos. Srs. Deputado Estadual, Gustavo Mitre, representante do deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia; Jorge Tarabal, Mestre Conselheiro Estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais; Eduardo Barbosa Fernandes, Mestre Conselheiro Estadual do Grande Capítulo do Estado de Minas Gerais; Deputado Glaycon Franco, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; deputado Mauro Tramonte, coautor desta homenagem; Guilherme Santos, Grande Mestre Nacional do Supremo Conselho DeMolay para o Brasil; Leandro Temponi, Grande Orador Nacional Adjunto do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; e Exma. Sra. Nilda Lira, Presidente do Clube de Mães e Amigos Tia Tânia nº 73 do Capítulo Arte Real nº 141 da Ordem Demolay para a República Federativa do Brasil!

Boa noite aos meus irmãos maçons, demolays que nos acompanham e demais membros que nos assistem! Hoje, de forma diferente, quero exaltar o contexto que nos une aqui, uma verdadeira família. Se pararmos e pensarmos um instante: qual o verdadeiro motivo de eu estar aqui hoje? O que nos une como verdadeira comunidade e nos torna uma coletividade? Temos um elo, um laço que nos une.

A explicação de Aristóteles aponta para o fato de haver na natureza humana uma tendência a viver em sociedade; e, ao realizar essa inclinação, o homem realiza o seu próprio bem, quer dizer, se vivemos em sociedade é porque essa é a finalidade do ser humano. Isso é tão próprio do homem quanto é próprio da semente se tornar uma árvore e produzir frutos. Se esse é o nosso fim, enquanto seres humanos, devemos, então, nos unir para que juntos possamos ser melhores e buscarmos a perfeição. O ato de tender, naturalmente, à vida coletiva mostra que o homem é um ser carente; carente de alguma coisa que o leve a desejar e carente de alguém que o leve a se associar. A carência aponta para a completude humana. O homem sempre necessita de um outro semelhante a ele e tão imperfeito quanto ele. O homem é carente de sentimentos, vazio por dentro, e cada um preenche esse vazio de uma forma. Nós aqui hoje escolhemos preencher nosso vazio com virtudes, com valores tão preciosos que deveriam ser natos, mas que são exaltados, tais como honestidade, caridade, companheirismo, fidelidade e ética. Viver coletivamente é a única chance de sermos humanos. Existir politicamente é viver solidariamente com outros seres semelhantes. Quanto mais interagimos, tanto mais humanos nos tornamos.

Ligando os pontos, estamos aqui, unidos, hoje, convivendo em família, pois a Ordem DeMolay nos proporcionou este momento. Sempre que penso nisso, nesse elo de ligação, lembro-me de nosso fundador Frank Sherman Land. A maçonaria inculca a crença em Deus, o patriotismo, a educação, a benevolência e as virtudes sociais e morais, e membros desta fraternidade, por gerações, têm procurado fazer uma aplicação prática desses princípios, estendendo alívio aos órfãos e idosos, àqueles doentes de corpo ou de espírito; ajudando os jovens a adequarem-se através da educação e preparando-os para os deveres da vida; e há outros benefícios.

Tenho procurado promover tais ideais entre os jovens, com conseqüente encorajamento, desenvolvimento da boa cidadania e bom caráter, usando parte da Ordem DeMolay. Quando os novos membros entram para o nosso círculo de amizade, mais uma vez, ajoelhamos no Altar dos Juramentos. A Ordem DeMolay se completa e vem completar cada um de nós com virtudes, conhecimentos, humildade e bons valores. Frank Sherman Land - não poderia deixar de citá-lo - diz: "Sejam os melhores em tudo que vocês forem fazer. Eu quero que vocês sejam homens de sucesso, até mesmo presidente do País, mas, se você tiver que cavar uma cova, seja o melhor nisso".

Meus irmão, sejam sempre bons exemplos, mereçam sempre o apreço de serem reconhecidos como pessoas boas e honestas. Quanto mais se passam os anos de vivência na Ordem DeMolay, vejo que tem sido o tempo mais bem gasto da minha vida. Minha família está aqui dentro, meus melhores amigos foram proporcionados pela Ordem DeMolay, porque juntos nós somos mais fortes, porque juntos nós aprendemos. Um sonho que se sonha sozinho talvez nunca seja realidade, mas um sonho que se sonha em conjunto é mais fácil de ser realizado. A minha proposta é: vamos seguir juntos, vamos sonhar juntos. Que venham mais 100 anos de Ordem DeMolay. E vamos acreditar que podemos ser melhores filhos, bons cidadãos, dignos de elogios de todos os homens de bem. Boa noite, família demolay, muito obrigado.

Palavras do Sr. Guilherme Santos

Exmo. Sr. Deputado Gustavo Mitre, representando o deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; querido mestre, Jorge Tarabal, nosso irmão, Mestre Conselheiro Estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais; Deputado Glaycon Franco, irmão e amigo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem – receba nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos por esta extraordinária iniciativa; Deputado Mauro Tramonte, coautor desta homenagem – da mesma forma, nosso irmão, também muito obrigado; Anderson Calais, senhor e irmão, Grande Mestre Estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais; Eduardo Barbosa Fernandes, querido mestre e Conselheiro Estadual do Grande Capítulo da Ordem Demolay do Estado de Minas Gerais; Leandro Temponi, Grande Orador Nacional Adjunto do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; e a querida tia Nilda Lara, Presidente do Clube de Mães e Amigos Tia Tânia nº 73 do Capítulo Arte Real nº141 da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil. E, de forma muito especial e fraterna, cumprimento as maiores autoridades aqui presentes e não presentes, que são os demolays ativos do Estado de Minas Gerais, que se espalham por algo em torno de 200 cidades neste vasto Estado.

Para mim é uma honra muito grande poder estar aqui com todos celebrando este momento histórico que vem sendo reconhecido por várias casas legislativas do nosso país, em especial pela nossa Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia de hoje. Sou, assim como todos os jovens aqui presentes e os jovens já não tão jovens, um produto dessa organização extraordinária. O que a Ordem DeMolay fez na minha vida é simplesmente indescritível, os benefícios dela na formação do meu caráter e, da mesma forma, na formação no caráter de tantos e tantos milhares de jovens que tive a alegria e a honra de conhecer – e milhões ao longo desses 100 anos – são inestimáveis, indiscutíveis e, seguramente, o fundamento da força, da importância dessa organização, que se faz importante e tão indispensável nos dias de hoje. Temos uma missão muito grande de fazer com que os valores da Ordem DeMolay, nosso programa pedagógico nas sete virtudes cardeais, se expanda e alcance, sistematicamente, cada vez mais lugares e cada vez mais jovens, porque só nós sabemos a importância disso. Há pouco tempo, neste mesmo ano, todos nós fomos testemunhas no noticiário no momento em que dois jovens, assim como tantos de vocês, entraram numa escola armados e ceifaram a vida de tantos de seus colegas. E se existisse Ordem DeMolay na vida daqueles jovens? Acho que todos que estão aqui e todos aqueles que nos assistem sabem bem a resposta.

Estamos no dia 7 de novembro; no dia de amanhã, 8 de novembro, nossa instituição comemora uma data muito importante, que é o dia em memória do nosso fundador, Frank Sherman Land, que, em 1919, junto com outros nove valores jovens, instituiu, neste planeta, essa maravilhosa organização em Kansas City, nos Estados Unidos. Ele tinha um sonho poderoso, que reverberou, alcançou todos nós. Em 1980 esse sonho foi recepcionado, incrementado por, seguramente, um dos grandes maçons brasileiros do século XX, o saudoso irmão Alberto Mansur. E aqui a Ordem DeMolay prosperou como em nenhum outro lugar no planeta.

É muito apropriado, na minha opinião, que estejamos hoje celebrando esta data aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, porque Minas, historicamente, sempre foi o espaço da construção do consenso. Os mineiros têm, na sua essência, o diálogo, o entendimento. E este ano do centenário tem sido um ano muito importante para nós da Ordem DeMolay do Brasil, porque temos exercitado muito isso. Exercitando isso, fazendo queimar aquela quarta vela, que é muito maior do que as pequenezas de todos nós, acredito que temos sido capazes de começar a fazer, indiscutivelmente, a história. Principalmente nos últimos dias, muitas coisas importantes vêm acontecendo, e espero que aqui, nos caminhos de Minas, possamos estar neste momento iniciando um momento muito grandioso e especial que pode estar diante de todos: quando os caminhos todos se encontrarem novamente.

A Ordem DeMolay brasileira não nasceu para ser nada mais, nada menos do que uma instituição una, forte, autônoma e, se o pai celestial assim quiser, muito em breve, ela assim o será. É uma honra muito grande estar com vocês. Parabéns à nossa organização; parabéns, principalmente, a cada um de vocês, o grande motivo da sua existência e a grande essência do nosso trabalho. Fiquem com Deus. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, o deputado Gustavo Mitre, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Mestre Conselheiro Estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais, Jorge Tarabal; Exmo. Sr. Mestre Conselheiro Estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay do Estado de Minas Gerais, Eduardo Barbosa Fernandes; Exmo. Sr. Deputado, amigo e irmão Glaycon Franco, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Deputado, amigo e irmão Mauro Tramonte, coautor desta homenagem; Sr. Grande Mestre Nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, Guilherme Santos; Sr. Grande Mestre Estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais, Anderson Calais; Sr. Grande Orador Nacional Adjunto do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, Leandro Temponi; Sra. Presidente do Clube de Mães e Amigos Tia Tânia nº 73 do Capítulo Arte Real nº 141 da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, Sra. Nilda Lira; senhoras e senhores, é com muita satisfação que nos reunimos esta noite para comemorar o centenário de criação da Ordem DeMolay.

Atualmente, em nosso estado, há milhares de membros da ordem em atividade, trabalhando para o crescimento e a expansão da ordem entre os mineiros. A instituição procura transmitir aos jovens sete princípios básicos, quais sejam, amor filial, reverência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo. São virtudes fundamentais para a formação do homem, qualidades moldadas com o propósito de viver em comunidade e fazer diferença, destacando-os como verdadeiros líderes.

Em todos esses anos, a Ordem DeMolay tem participado da formação de historiadores, médicos, advogados, administradores e engenheiros, entre inúmeras ocupações. Eles seguem o exemplo máximo, de determinação e de força de vontade, vindo de Jacques de Molay, último grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários, que morreu no século XIV. Essa organização filosófica e fraternal, voltada para jovens do sexo masculino, de 12 a 21 anos, é apoiada pela maçonaria, e, portanto, compartilha dos mesmos e mais altos valores maçônicos, que inspiram permanentemente políticos e cidadãos.

A história da maçonaria confunde-se com a própria história do Brasil. Ao defender e difundir os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, ela foi fundamental para disseminar conceitos democráticos que determinaram as bases estruturais da cultura e do desenvolvimento em nosso país.

É sempre bom lembrarmos que, em Minas, praticamente todas as áreas e segmentos sociais vêm sendo beneficiados pela ação permanente dos membros da maçonaria, fortalecendo, entre nós, as lições de compromisso social, respeitando os direitos individuais e coletivos.

Assim, desde a infância e a adolescência, aqueles que ingressam na Ordem DeMolay são confrontados com ideais de verdade, justiça e sabedoria e aprendem o valor da amizade. Esses ensinamentos são colocados em prática no cotidiano, diante da família, da escola e dos amigos. Ao atingir a maioridade, todos estão preparados para cumprir o grande objetivo da organização, que é servir a sociedade.

Dos relatos de que tomamos conhecimento daqueles que passaram pela ordem, percebemos facilmente o entusiasmo com que falam com orgulho da instituição. Há os que afirmam que a ordem ensina o participante a ajudar o próximo e a ser um homem melhor. Há, ainda, os que ressaltam o aprendizado que visa à excelência na resolução de suas metas. Em resumo, tudo o que se aprende nas reuniões prepara o jovem para a vida, em preciosas lições à respeito de hierarquia e disciplina, respeito às regras, apresentação em público, dentre muitas outras.

Hoje, muitos cidadãos forjados nessa instituição são estimulados a seguir uma vida ao mesmo tempo digna e produtiva. Eles têm ocupado posições de destaque em nossa sociedade, compartilhando os valores da consciência cidadã e do respeito aos seus iguais.

Pela intensa atividade na vida pública mineira, merecem sempre nossa admiração todos os que participaram e participam dessa sociedade fraternal.

Portanto, parabenizamos a grande família DeMolay, em Minas Gerais e no Brasil, sempre trabalhando por uma sociedade mais justa e solidária, responsável por ter se tornado referência para países como Estados Unidos, Alemanha, Itália e Romênia. Muito obrigado!

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 8, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 40ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/11/2019

Presidência do Deputado João Vítor Xavier

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Mário Henrique Caixa – Palavras do Sr. Afonso Alberto Teixeira dos Santos – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Luiz Carlos Gomes – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

João Vítor Xavier – Mário Henrique Caixa – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado João Vítor Xavier) – Às 14h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar os 80 anos da Associação Mineira de Cronistas Esportivos – Amce.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Luiz Carlos Gomes, presidente da Associação Mineira de Cronistas Esportivos; Afonso Alberto Teixeira dos Santos, vice-presidente da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos – Abrece; Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, presidente executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais; Roberto Bastianetto, subsecretário de Comunicação de Governo; Emanuel Soares Carneiro, presidente da Rádio Itatiaia; e os deputados Zé Guilherme e Mário Henrique Caixa, este coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidá-los a conhecer o movimento Sou Minas Demais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo na defesa de Minas e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça.

O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrarmos da nossa história, celebrarmos novas conquistas e valorizarmos a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação.

Convidamos a todos a assistir ao vídeo-manifesto da campanha e se juntar a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença nesta solenidade dos Exmos. Srs. Marco Aurélio Bolpato da Silva, presidente da Associação dos Servidores da Polícia Federal de Minas Gerais; e Reginaldo Mendonça Junqueira, secretário adjunto de Meio Ambiente do Município de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Mário Henrique Caixa

Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar os meus colegas radialistas. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso deputado João Vítor Xavier, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o nosso presidente maior desta Casa, Agostinho Patrus; o Luiz Carlos Gomes, presidente da nossa querida Amce, que completa 80 anos, a quem deixo o nosso abraço. Cumprimento o Exmo. Sr. Zé Guilherme, colega deputado; o subsecretário de Comunicação de governo, outro amigo, Roberto Bastianetto – obrigado pela presença; o Afonso Alberto. Às vezes, quando é jogo de Atlético e Cruzeiro, quando o Alberto está narrando, eu acompanho lá na cabine com ele e a gente desabafa tanto – não é, Afonso Alberto? (– Risos.) Temos desabafado tanto este ano, não é? Outro amigo, obrigado pela presença, Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, presidente executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais, presidente da Rádio Itatiaia, a maior rádio do Brasil – e falo isso com muito orgulho.

Senhoras e senhores, foi uma alegria muito grande quando o João Vítor me convidou para participar para fazermos juntos esta homenagem. Vou me permitir ser breve sobre a história dessa nossa entidade, que caminha rumo ao centenário.

Embora ainda falem 20 anos, comemoramos aqui uma trajetória já de 80 anos a serviço do esporte mineiro, acolhendo e assistindo o cronista esportivo do nosso estado. Fundada, em 1939, por um grupo de jovens e precursores do jornalismo – sobretudo esportivo –, a Associação Mineira de Cronistas Esportivos nasceu ainda na era do amadorismo. Por aqui passaram cronistas que marcaram gerações, de maneira especial, no futebol, narrando, comentando e cobrindo os clubes de Minas Gerais.

Foi a partir dos anos 1960, quando uma seleção mineira conquistou o título de campeã do Brasil, que nosso estado passou a ser reconhecido e respeitado em todo o Brasil. Antes disso, pela força de sua imprensa, o futebol tinha destaque apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Além do futebol, evidentemente, a Amce teve e continua tendo um papel fundamental no vôlei, basquete, natação, box, automobilismo e, nos tempos recentes, na prática esportiva para portadores de necessidades. Houve uma recente audiência aqui, nesta Casa, relacionada ao esporte para amputados.

Nossa associação sempre esteve presente ao lado dos grandes acontecimentos do esporte mineiro, nacional e internacional. Os times mineiros já conquistaram títulos em todas as modalidades, com destaque para o futebol, em que Minas já comemorou títulos nacionais e internacionais, sempre com a cobertura da imprensa mineira, capitaneada pela Amce.

Aproximando o ano de 1950, ano da Copa do Mundo no Brasil, a entidade foi determinante na construção do Estádio Independência. Já o Mineirão, inaugurado em 1965, foi resultado de uma luta intensa da diretoria da nossa associação. Concomitante

a isso, além dos profissionais da linha de frente – aqueles que estão com o microfone, na frente das câmeras de TV e ainda detém espaço nos jornais impressos e eletrônicos –, a Amce abriga também os profissionais da área técnica e organiza o credenciamento dos profissionais para os eventos esportivos em Minas Gerais.

Muitos de nós, em que me incluo, saímos do interior em busca de oportunidade profissional aqui, em Belo Horizonte. Coube à Associação Mineira de Cronistas Esportivos, que continua exercendo essa missão, acolher e valorizar o nosso trabalho. Não fosse a entidade, talvez muitos não atingissem o sucesso na carreira, como reconhecemos.

Entre nossos filiados, do presente e do passado, surgiram muitos consagrados profissionais da imprensa mineira e nacional. Entre esses, alguns ocupando cargos destacados em órgãos públicos municipais, no Estado e até no governo federal. Dirigentes e treinadores de sucesso também figuram no nosso quadro de associados.

Em tempos recentes, sob as últimas gestões do Amce, a associação avançou sobre o interior acolhendo os profissionais de todas as regiões, sendo que atualmente estão devidamente credenciados, conforme exigência legal. Somos filiados às associações nacional e internacional, o que facilita o trabalho fora dos limites de Minas e do Brasil.

Reitero a importância da entidade e dou meu testemunho pessoal de agradecimento e reconhecimento. Quando aqui cheguei, vindo da minha saudosa e querida Três Pontas, fui bem recebido de coração pelos meus colegas da Amce, o que muito ajudou na minha carreira profissional de radialista e também, hoje, de jornalista.

E agora, há pouco, no Salão Nobre, querido João Vítor, presidente Luiz, chefe Emanuel, passava um filme na minha cabeça enquanto eu via tantos e tantos colegas. E o Luiz Carlos Gomes tem que depois passar a receita do segredo para a gente, viu, meus queridos afiliados da Amce e colegas radialistas? (– Risos.) Porque o Luiz Carlos Gomes está exatamente igualzinho a quando eu cheguei à Rádio Globo, em 1991. (– Risos.) O homem não envelhece. Era aquele 1404C – não é, Luiz Carlos? –, que ia para o Betânia. O Willian Jorge uma vez me falou: “Para você ir à Rádio Globo, é no Bairro Betânia. Você vai ao centro da cidade e pega o 1404C”. Só que eu tinha que pegá-lo na Rua Curitiba, mas peguei na Amazonas e fui parar no Alípio de Melo. São coisas de quem chega do interior, não é? Mas aqui já me lembrei do Willian, do Luiz, do meu querido Flávio Anselmo que foi meu comentarista no SportTV, da Melani e de tantos outros. Se eu for nominar um a um aqui, além de ser chato, vou me esquecer de alguém.

Então, o meu agradecimento. O que disse aqui é verdadeiro. Cheguei a Belo Horizonte e me lembro do início da Rádio Globo. Depois fui para a Itatiaia, e o Emanuel não me deixou sair mais. Já são 26 anos. Então, a minha alegria e o meu muito obrigado pela presença de todos vocês.

Aqui encerro, dizendo a você, João Vítor, que me lembro muito bem. Você já era deputado quando, em 2013, fui assumir o mandato na suplência do Carlin Moura, de Contagem. João Vítor, no seu discurso, em minha homenagem, falava da importância da presença de radialistas aqui, na Assembleia, para quebrar aquele paradigma, aquele comentário, de certa forma até maldoso, que existia de que radialista vira deputado porque é muito popular. Não. A gente é popular, a gente tem voto, mas a gente sabe trabalhar aqui, no Parlamento, também.

Então, fico muito feliz com as suas palavras, porque aqui nós temos médicos que são bons deputados, empresários que são bons deputados, dentistas que são bons deputados, pessoas que trabalham com a política e fazem um bom mandato. E por que não termos bons radialistas que sabem fazer um grande trabalho? Aqui nós defendemos também o nome da Amce e vamos continuar defendendo. Com muito orgulho, eu digo: sou radialista profissional desde os 15 anos. Vamos em frente! Viva a Amce!

Palavras do Sr. Afonso Alberto Teixeira dos Santos

Boa tarde a todos! Gostaria de começar agradecendo ao deputado João Vítor Xavier, representante do deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa; e requerente também do pedido desta homenagem especial, junto com o deputado Mário Henrique Caixa, na homenagem dos 80 anos da nossa querida Amce. Quero cumprimentar também o secretário de Comunicação,

Roberto Bastianetto, e agradecer a presença aqui, na Assembleia, do nosso deputado Zé Guilherme, que conheço já há alguns anos como Lito e que é ligado ao esporte; ao companheiro Luiz Carlos Gomes, presidente da Associação Mineira de Cronistas Esportivos; ao meu querido Marcolino, presidente da Federação de Clubes; e ao meu chefe eterno Emanuel Carneiro, diretor-presidente da Rede Itatiaia de Rádio, que é, para nós, um grande orgulho também. Tive o privilégio e a honra de passar pela Rádio Itatiaia e de aprender muito na Rádio Itatiaia.

Falar da Amce, para mim, é muito tranquilo, é muito fácil, porque tive a oportunidade de estar à frente da Amce durante um período de seis anos, um período em que as coisas eram muito mais difíceis do que hoje. Mas a classe, sempre unida, fazia com que a associação, através do entusiasmo de cada cronista esportivo, do dever de cada cronista esportivo, da vontade de cada um deles de executar o seu trabalho da melhor maneira possível, fazia com que a Amce se fortalecesse a cada dia e a cada ano que passava.

Nesses 80 anos, seus 27 presidentes que por lá passaram – o 27º foi o Luiz Carlos Gomes – trabalharam muito para que a Amce pudesse cumprir sua missão até esses 80 anos e, com certeza, continuar cumprindo-a pela vida afora, nesse fantástico mundo da bola.

O trabalho é árduo. A gente conhece, e muito de perto, o quanto é difícil para a Amce, para as associações estaduais fazerem com que prevaleça o direito do cronista esportivo, prevaleça a condição de trabalho do cronista esportivo nos eventos que acontecem. Não só no futebol, mas principalmente no futebol, é muito difícil você trabalhar da maneira como você quer devido às imposições que acontecem dentro do evento, principalmente quando deixa de ser um evento governamental e passa a ser um evento particular, em que os dirigentes, os promotores do evento entendem que ali eles podem tudo, inclusive, credenciar aqueles que vão trabalhar – no nosso caso, o cronista esportivo no evento esportivo.

Eu tenho uma frase que levei para a Abrace. Fui seu presidente durante dois anos, na enfermidade do Aderson Maia, que já nos deixou, e hoje estou aqui representando a Abrace a pedido do presidente Kleiber Beltrão, que está em Brasília, viajando agora para a Colômbia para participar de um congresso. Ele me pediu e disse que a Abrace não poderia ficar de fora desta homenagem que a Assembleia presta à Associação Mineira de Cronistas Esportivos. Agradecemos ao deputado João Vítor Xavier e ao deputado Mário Henrique Caixa a lembrança que vai ficar eternizada e, principalmente, agradecemos à Amce por fazer parte desse fantástico mundo da bola, afiliada à Associação Brasileira de Cronistas Esportivos, a Abrace. E a gente sabe dessas dificuldades de que eu estava falando porque todo mundo quer credenciar todo mundo. Eu levei uma frase para a Abrace, trouxe-a para a Amce e entendo que tem que ser assim: “Quem credencia imprensa é a imprensa”.

Eu faço um apelo aqui, nesta homenagem de 80 anos à Amce, para que facilitem a vida daqueles que a dirigem, para que facilitem a vida daqueles que trabalham no esporte brasileiro e, no nosso caso específico, o mineiro; eu peço mais uma vez – aliás, é chover no molhado, mas acho que vale o registro – aos deputados João Vítor Xavier, Mário Henrique Caixa e Zé Guilherme, meu amigo Lito, e àqueles que estão na Casa e fazem parte desse mundo também que lutem, continuem lutando pelos direitos do cronista esportivo. É difícil fazer prevalecer esse direito, não é fácil; não é fácil fazer prevalecer o direito. E a gente vê a luta do Luiz Carlos; vê que às vezes o cronista esportivo não a reconhece; ele vê aquele cercadinho lá embaixo no Mineirão, aquelas grades que são colocadas, chamadas de zona mista, e pensa: “Para quê? A gente não pode trabalhar. Onde está a Amce?”. Não fazem ideia aqueles que não conhecem, e muitos aqui conhecem... Estou vendo aqui o Afonso Celso Raso – para citar um nome, pois há outros aqui –, que comandou a Amce e sabe da dificuldade.

O Mário Henrique falou do Mineirão. A Amce lutou muito para que esse estádio fosse construído para dar mais conforto ao torcedor, aos clubes, aos seus associados e ao cronista esportivo. Lutou lá atrás, em 1940, para que a Copa do Mundo de 1950 viesse e para que Belo Horizonte pudesse sediar uma chave – e assim aconteceu. Na época, o Independência era conhecido como o Gigante do Horto.

A Amce lutou muito para se fazer representar no Brasil inteiro como a seleção mineira – em uma competição entre seleções –, que acabou sendo campeã em 1963, campeã brasileira. A Amce está no dia a dia do cronista esportivo, e é preciso que ele entenda isto: a Amce não é uma distribuidora de carteiras para entrar no estádio, a Amce é uma associação que batalha, briga pelos interesses do cronista esportivo, mas precisa de ajuda, de reconhecimento, de valorização.

Eu fico muito à vontade para fazer esse pedido aos jovens companheiros cronistas esportivos deputados que, nesta vida política, nessas dificuldades que o nosso país vive hoje, ainda pensam de uma maneira muito especial numa homenagem como esta de hoje. Ao João Vítor, ao Mário Henrique Caixa, muito obrigado. Que vocês fiquem atentos sempre, sempre numa situação especial, que é a situação da nossa Associação Mineira de Cronistas Esportivos, que hoje tem 80 anos, mas que vai superar os 100, os 150 anos, tenho certeza absoluta. Essa associação precisa ser reconhecida, precisa ser valorizada, principalmente por nossas autoridades e pelos nossos associados.

Fico muito à vontade de pedir isso nesta Casa, porque, com 3 para 4 anos de idade, entrei na Assembleia Legislativa pelas mãos do meu querido e saudoso pai, que até hoje norteia a minha vida. Ele, Alberto Teixeira dos Santos Filho, era o primeiro presidente desta Casa. Foi o primeiro presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Então, estou muito à vontade. Eu me sinto em casa. Muito obrigado, João Vítor, muito obrigado, Mário Henrique, muito obrigado, companheiros que aqui estão, que se fazem presentes. Sei que muitos gostariam de estar aqui, mas o horário dificulta um pouco a presença maior do associado. Peço a Deus que continue iluminando o presidente Luiz Carlos Gomes, dando força a ele e à sua diretoria para trabalhar firme, sempre no engrandecimento da classe, sempre na liberdade total de trabalho do cronista esportivo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar meu querido amigo, Mário Henrique Caixa, colega de rádio, de jornalismo e de Parlamento também. Quero cumprimentar meu amigo, deputado Zé Guilherme, que também é um homem do esporte. Ele convive conosco há muitos anos. Cumprimento nosso presidente Luiz Carlos Gomes e meu amigo Roberto Bastianetto, a quem peço que leve nosso abraço e agradecimento ao secretário Bilac e ao governador Romeu Zema, que também manifestaram respeito e presença à nossa categoria.

Cumprimento nosso amigo Afonso Alberto, que tão brilhantemente falou sobre a nossa profissão e a nossa entidade, assim como o Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, presidente executivo da Federação dos Clubes. Cumprimento meu chefe, querido amigo Emanuel Carneiro, e todos os colegas.

Falo aqui com muita alegria, muito emocionado também, porque hoje estou falando para os meus ídolos, para as pessoas que formaram o meu caráter, a minha história, a minha trajetória. Falo a muitos que ajudaram na minha formação profissional, na minha criação de vida, às pessoas que foram, durante muitos anos, e são até hoje, referência para a minha carreira, referência para a minha profissão e motivo de eu ter escolhido o jornalismo esportivo.

Meu querido amigo Milton Naves, que aqui está, me recebeu e me acolheu aos meus 17 anos na Rádio Itatiaia, me ensinando a trabalhar. Nosso repórter da camisa amarela, Ronan, obrigado pela presença. Maurílio Costa, de tantas jornadas, de tantas viagens, de tantos ensinamentos pelo mundo, obrigado. O Maurílio, além de um grande comentarista, tem entre todos nós o sentimento de ser um grande colega e um grande companheiro, um amigo das horas difíceis para todos nós, um conselheiro para os mais novos. Marco Antônio Bruck me recebeu no meu primeiro dia na Rádio Itatiaia, junto com o Osvaldo Faria.

Por falar no Osvaldo, vi aqui em cima o Cássio. Queria convidá-lo para estar aqui embaixo, Cássio, representando seu pai, representando tantos que, como ele, fizeram muito pela história do jornalismo esportivo e que, infelizmente, já não estão conosco. Por favor, seu lugar é aqui embaixo, junto conosco, representando o seu pai, Osvaldo Faria, a quem eu sou muito grato e que muito fez pelo jornalismo esportivo de Minas Gerais.

Vejo aqui o meu amigo Pardal, que tanto me ensinou nas gravações eternas. Eram 14 minutos para gravar um boletim de 1 minuto. Não é, Pardal? Só não posso falar o que você falava, senão eu serei caçado por falta de decoro parlamentar. (– Risos.) Amigos de uma vida. O Sr. Afonso Celso Raso... Enfim, eu não vou conseguir citar todo mundo, mas queria abraçar todos. O Sr. Assad de Almeida; o Sr. Luciano e o seu filho Saulo, exemplos de trabalho, de dedicação, os maiores cinegrafistas esportivos do Estado de Minas Gerais. O Saulo ainda vai chegar lá, mas o Sr. Luciano é de longe, reconhecidamente por todos – e eu peço uma salva de palmas para ele –, nosso decano das imagens, não só em Minas Gerais, mas no Brasil, por tudo que faz pela reportagem cinematográfica. O meu amigo Leo; o Sr. Flávio Anselmo. O senhor não sabe, mas o senhor foi muito importante para a minha trajetória. Está sentado ali o meu amigo Paulo Nunes, que era meu colega de faculdade. Nós fomos ao Mineirão assistir a um jogo de Cruzeiro e América, final da Copa Sul-Minas e, como o dinheiro era mais apertado na época, fomos de geral e ficamos esperando aqueles 15 minutos finais, quando abrem-se todos os portões, porque o nosso objetivo não era assistir ao jogo, era chegar à cabine da Rádio Itatiaia, Sr. Emanuel, para pedir emprego ao Osvaldo Faria. E quando nós chegamos, a Amce, muito competentemente, não me permitiu de ter acesso às cabines de rádio, Mário Brito, porque eu ainda não era jornalista, eu era apenas um menino querendo pedir emprego aos 17 anos. E o Sr. Flávio Anselmo me colocou para dentro ali, para que eu pudesse pedir meu emprego para o Osvaldo Faria; e, no outro dia, ele marcou de me receber na Rádio Itatiaia às 2 horas da tarde. Às 8 horas da manhã, eu estava sentado lá, na porta, com o objetivo de conseguir o emprego que foi a mola mestra da minha vida.

E aqui eu quero fazer um agradecimento, que já tive oportunidade de fazer na Rádio Itatiaia e já tive oportunidade de fazer pessoalmente, Ivan Drummond, mas que eu nunca tive oportunidade de fazer neste Plenário, ao Sr. Emanuel Carneiro, não só por me acolher na Rádio Itatiaia, por me ensinar, por pagar a minha escola, por toda paciência e tolerância com todo o tipo de erro e aprendizado ao longo da minha vida, mas sobretudo pelo que ele representa para o jornalismo mineiro. Eu trabalho em uma empresa que nunca me censurou; eu trabalho em uma empresa que me trata com o respeito com que um jornalista profissional deve ser tratado; eu trabalho em uma empresa que funciona porque, acima de tudo, é comandada por um de nós, por alguém que, como todos nós aqui, sentou-se no vestiário, puxou cabo, carregou mala, tomou má resposta de entrevistado e que sabe o que é o nosso convívio, o nosso dia a dia. Não sei por quantas vezes eu vi dirigentes de futebol entrando com o peito estufado na Rádio Itatiaia para pedir a demissão minha e a de tantos colegas, e todos eles entraram com o peito estufado e saíram com a cabeça baixa, porque, acima de tudo, a Rádio Itatiaia sempre respeitou muito os seus profissionais, sempre teve um padrão de comportamento ético e moral muito forte em defesa do jornalismo e da nossa profissão. Então, gostaria de lhe agradecer muito, Sr. Emanuel, em meu nome pessoal, em nome de tantos colegas que tiveram a oportunidade de aprender na Rádio Itatiaia e de aprender nas emissoras de rádio, de TV, nos jornais. Eu estendo esse agradecimento a tantos que nos formaram ao longo desses anos, não é, meu querido amigo Melane, que com tantos veículos construiu a sua carreira?

Eu tenho muito orgulho de ser jornalista, eu tenho muito orgulho de fazer jornalismo. Eu, certa vez, estava jantando com um grupo de amigos, e estávamos com alguns empresários que não eram daqui, de Belo Horizonte, em um restaurante, e esse amigo me apresentou a esses empresários dizendo: “Olha, este é o João Vítor. Ele é deputado aqui, por Minas Gerais, e é também jornalista”. E eu falei assim: Não, vamos corrigir a ordem. Eu sou jornalista, porque essa é a minha essência, essa é a minha formação, essa é a minha profissão, e eu estou parlamentar. O Parlamento um dia vai passar, porque a gente segue outros caminhos, segue outros rumos, mas o jornalismo jamais passará na minha vida, na minha carreira e na minha trajetória, na minha formação. Todos nós, o meu caso, o caso do Caixa, estamos parlamentares, como muitos colegas já foram no passado e muitos virão a ser no futuro, mas, acima de tudo, eu sou jornalista, e é isso que me dá alegria, é esse o meu orgulho, é essa a minha paixão de vida no dia a dia.

Tenho muita alegria de compartilhar esta tarde de hoje com tanta gente boa. Vocês são as pessoas que me inspiraram a estar aqui pelas ondas da Rádio Itatiaia, da Rádio Inconfidência, pelo jornal Estado de Minas, o saudoso e querido Diário da Tarde, pela TV Bandeirantes, a Globo Minas, a Rede Record, enfim, de tantos veículos que, ao longo dos anos dedicaram tanto espaço para a cobertura e para a mídia esportiva.

Como o Caixa disse muito bem, ele também, que é um dos meus ídolos – apesar de ser muito jovem, já o ouvia muito lá em Caeté e cresci com o sonho de trabalhar ao lado dele e dos meus colegas, como o Milton, como o Willy, como o Alberto e como tantos outros –, a nossa presença aqui nesta Casa é muito mais do que uma questão de prestígio do João Vítor, do Caixa, do Álvaro Damião, que é vereador, é prestígio da nossa querida categoria, é o reconhecimento da sociedade mineira de que o cronista esportivo é importante, de que o cronista esportivo merece respeito, de que o cronista esportivo exerce uma função que é importante, que é relevante para a nossa sociedade. Então, a nossa presença aqui é um atestado, dos 20 milhões de mineiros e mineiras, de que a nossa profissão é importante, sim; de que a nossa profissão é respeitada, sim; e de que ocupamos um lugar importante no coração e no dia a dia de todos os mineiros e de todas as mineiras.

Muito obrigado pela presença de cada um de vocês. Vida longa a nossa querida Amce. E que as próximas gerações, como a Isabela que está ali, que é minha estagiária e que sofre com a burocracia do Parlamento... Mas sei que o sonho dela é um dia ser repórter esportiva. Que ela, representando as mulheres que cada vez mais ocupam esse espaço na crônica esportiva, que essas novas gerações possam chegar sabendo da responsabilidade de tudo que tantos construíram e de fazer ainda mais e ainda melhor do que todos fizemos até agora. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado João Vítor Xavier, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, juntamente com o deputado Mário Henrique Caixa, farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao senhor Luiz Carlos Gomes. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Desde sua fundação, em 25/7/1939, a Associação Mineira de Cronistas Esportivos – Amce – se destaca pela abrangência de suas iniciativas, sempre tocantes a todos os segmentos da sociedade. Seja como promotora do esporte nas mais variadas instâncias ou idealizadora de projetos de vulto, seja como parte ativa de importantes conquistas ou proponente de soluções em momentos críticos do universo esportivo, a Amce contribui de forma sensível para o fortalecimento da reputação de nosso estado. A Assembleia Legislativa de Minas, reconhecendo a relevância do trabalho da Associação Mineira de Cronistas Esportivos, presta a ela justa homenagem pelas oito décadas de sua criação”.

– Procede-se à entrega de placa.

Palavras do Sr. Luiz Carlos Gomes

Exmo. Sr. Deputado João Vítor Xavier, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus – muito obrigado, João Vítor, sou seu fã; Exmo. Sr. Deputado Mário Henrique Caixa, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem – Mário Henrique Caixa disse que eu estou a mesma coisa de 30, 40 anos atrás; você melhorou muito, era magrinho quando chegou à Rádio Globo, era um fiapo, tinha um rádio desse tamanho e, graças a Deus, virou ídolo; Exmo. Sr. Deputado Zé Guilherme, o Lito – não consigo chamá-lo de deputado Zé Guilherme, é o Lito, que tem grandes jornadas por aí; Exmo. Sr. Secretário de Comunicação Social, Roberto Bastianetto – obrigado, secretário, leve o nosso abraço ao governador, que nos recebe sempre com muito carinho; e Sr. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos, Abrace, Afonso Alberto Teixeira dos Santos – meu guru, pessoa que me ajuda muito. Nós tivemos umas brigas aí com os outros, com o clube, com a CBF. Entre nós, não; somos todos amigos. Sr. Presidente Executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais, Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, que é também diretor da Amce – muito obrigado, Marcolino; e Sr. Presidente da Rádio Itatiaia, Emanuel Carneiro, guru.

O pessoal do esporte, do futebol, improvisa muito. Eu escrevi, porque pensei: “A emoção vai tomar conta, eu não vou conseguir falar de improviso para os senhores”. Nós só temos motivos para agradecer. Antes de tudo, em primeiro lugar, a gente quer agradecer aos fundadores da nossa entidade. Era um grupo de jovens idealistas que lá em julho de 1939 teve esse sonho de criar uma associação para agregar alguns poucos amigos que iniciavam o trabalho de cobertura jornalística nos esportes praticados aqui em Belo

Horizonte, aqui em Minas Gerais. Então, permitam-me citar o nome dos nossos fundadores, conforme está registrado, guardado na ata de fundação da Amce. Todos não estão mais entre nós, mas continuam recebendo o nosso respeito, o nosso carinho e a nossa homenagem. São eles o Álvaro Celso da Trindade, Badaró; Domingos D'Ângelo; José de Araújo Cotta; Júlio Correia de Melo; Ney Otaviani Bernis; Rui de Castro Miranda; Canor Simões Coelho; Joaquim Brum de Almeida; José Olinto Mourão Prado; Marcelo Coimbra Tavares e Osvaldo Bráulio Vilhena. Estes fundaram a Amce em julho de 1939.

O Álvaro Celso da Trindade era conhecido como Badaró. Não sei se alguém o conheceu, pois faz muitos anos. Você o conheceu, não é Assad? Há uma história muito interessante que seus familiares me contaram. Ele já tinha falecido, eu não o conheci, mas conheci alguns de seus familiares, há alguns anos, que disseram que ele era americano e transmitia os jogos do América do Estádio da Alameda, não é isso, Emanuel? Não é do seu tempo também não, não é? O interessante é que ele ia sozinho para o estádio, instalava o equipamento, narrava o jogo, comentava o jogo e era o repórter também. Era melhor do que o Afonso Alberto; fazia tudo. Ele foi proibido de entrar no estádio porque tirava seu público, o torcedor, que não ia mais ao estádio, ficava em casa ouvindo a Rádio Mineira, não é Afonso Celso? Vocês veem que coisa impressionante! Naquele tempo, em 1939, 1940, o público não ia ao estádio assistir ao jogo para ficar em casa ouvindo-o pelo rádio. Segundo registros e depoimentos, essa rapaziada fundou a associação com o intuito de promover festas e organizar eventos esportivos, principalmente de remo, vôlei, basquete, natação e atletismo.

A Amce foi fundada, segundo me contaram também, para fazer campeonato de remo no Rio Arrudas, que era navegável. E dizem que o Flamengo foi o padrinho da Amce. Veio um cara, diretor do Flamengo, do Rio, porque havia competição; o Clube de Regatas do Flamengo, o Botafogo de Futebol e Regatas e a Amce disputavam canoagem lá – não sei como era o negócio – no Rio Arrudas. Tempo bom. Havia também vôlei, basquete, natação, atletismo, futebol amador, que era muito forte na época, e o futebol profissional estava engatinhando, estava apenas começando.

A partir dos anos 1940, a Amce começou a tomar corpo. O número de associados aumentou de forma considerável: de meia dúzia, passou a haver 30 associados – está lá registrado na ata. A primeira grande ação foi mobilizar os desportistas, autoridades e população para colocar Belo Horizonte como uma das sedes da Copa do Mundo de 1950. O movimento deu resultado, e a cidade não só foi oficializada como uma das sedes da Copa do Mundo, como ganhou um belo estádio, o maior de Minas, o tradicional Estádio Independência, o Gigante do Horto, que, durante anos, foi palco de grandes jogos, grandes decisões. Aliás, até hoje, depois de várias reformas, continua servindo – e bem – ao nosso futebol.

Ainda nos anos 1940 e 1960, a Amce tem registros de participação ativa na divulgação e valorização dos mais variados esportes em Minas Gerais, tanto na capital como no interior; tudo isso graças ao idealismo e trabalho duro dos dirigentes da Amce de cada época, a quem, mais uma vez, agradecemos de coração.

Mas a Amce mostra na história que sempre gostou de desafios, e nós temos vários registros lá – inclusive, livros do Dr. Afonso Celso Raso – de que, nos anos 1960, seus dirigentes mais uma vez arregaçaram as mangas e mobilizaram a opinião pública e as autoridades para uma ideia que na época parecia meio maluca: a construção de um estádio enorme, um estádio imenso em Belo Horizonte. Nem é preciso dizer que a ideia ganhou força e virou realidade.

Em 1965 foi inaugurado o Mineirão, o Gigante da Pampulha, que até hoje é um palco majestoso do nosso futebol. A partir do Mineirão, o futebol mineiro mudou de patamar. Vieram os grandes craques, as grandes conquistas, tanto em âmbito nacional como internacional. Nos esportes especializados, também crescemos muito, conquistamos muitos títulos. A imprensa esportiva mineira acompanhou esse crescimento. Surgiram mais veículos de comunicação, que passaram a cobrir o esporte, em especial o futebol. Grandes equipes esportivas foram formadas nas rádios, jornais e tevês. Em todos os jogos, em todas as disputas, a Amce sempre marcou presença, ajudando a organizar, apoiando as iniciativas, credenciando os profissionais e, o mais importante, divulgando os eventos por intermédio dos seus associados.

Dessa época até os dias de hoje, a Amce continua firme e forte em sua missão de reunir os cronistas esportivos, colaborar com os realizadores dos eventos e buscar a melhor qualificação dos profissionais. A Amce realizou dois grandes congressos de cronistas esportivos em Belo Horizonte, reunindo profissionais de todo o Brasil e até mesmo do exterior. A Amce vem organizando ou participando de centenas de congressos, palestras, seminários, cursos e reuniões sobre os mais variados temas esportivos; participa sempre de reuniões na CBF e na Federação Mineira de Futebol, e tem assento quase que permanente em todas as reuniões, para viabilizar as melhores condições de trabalho para seus associados nas praças esportivas.

É uma luta constante. Por essa razão, mais uma vez, aproveitamos a oportunidade para agradecer aos companheiros que dedicaram – ou ainda dedicam – parte considerável de suas vidas a ajudar nas ações da Amce – lembrando que é e sempre foi um trabalho voluntário, de pura doação, de puro amor à nossa classe e à nossa causa.

Evidente que busquei resumir ao máximo as histórias sobre a Amce, mesmo porque contar 80 anos de histórias, fatos e ações tão intensas e emocionantes levaria, pelo menos, outros 80 anos. Grande parte desta história da Amce está registrada em várias matérias, fotos, depoimentos, crônicas, atas e livros em nossa sede. O nosso desejo é transformar este acervo em um memorial. Para tanto, contamos com o apoio de todos.

Mas meus amigos, minhas amigas, o importante mesmo é destacar que, apesar dos seus 80 anos, a Amce continua jovem, forte e saudável. Nós temos uma charmosa sede própria no tradicional Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, onde desenvolvemos a administração da entidade e várias atividades sociais e recreativas. Todos estão convidados a ir em nossa sede tomar um cafezinho.

Nós temos associados – radialistas e jornalistas – em todas as regiões de Minas Gerais, distribuídos em sete diretorias regionais. Nós agregamos ao nosso quadro de associados os profissionais das áreas técnicas das empresas de comunicação que cobrem o esporte, porque são profissionais fundamentais para o nosso trabalho. Sem o operador, sem o técnico, a gente não funciona.

Nós conquistamos – a Amce, ao lado das demais associações estaduais de cronistas esportivos e das associações nacionais – a Lei Federal nº 12.395/2011, que nos dá o direito de acesso livre em todos os estádios e praças esportivas, mediante apresentação da nossa credencial oficial. Nós trabalhamos em perfeita parceria com as confederações, federações, clubes, administração dos estádios, com as autoridades para o pleno êxito dos eventos esportivos e o livre exercício da nossa profissão. Tudo isso e muito mais representa o esforço voluntário de muitos companheiros que dedicaram ou ainda dedicam boa parte da sua vida, do seu tempo para servir a nossa entidade.

Para finalizar, os nossos sinceros agradecimentos aos funcionários da Amce. A Amce funciona como uma empresa, de segunda a sexta-feira, de 9 horas da manhã as 6 horas da tarde. Aos sábados e domingos, nos dias de jogo, nós temos plantão nos estádios, não só em Belo Horizonte como também no interior. Temos parceria com a federação para tudo funcionar direitinho. Agradecemos aos companheiros de diretoria, aos associados, aos desportistas, às autoridades, aos amigos que sempre apoiaram a nossa querida entidade.

Todos devem ter notado que evitei citar muitos nomes, tantos são aqueles que deveriam ser citados. Eu justifico, pedindo perdão e declarando que todos devem ser considerados homenageados. Agora quem não estiver de acordo, pode até recorrer ao VAR para pedir uma revisão. Não tem problema.

Em nome da Amce – Associação Mineira de Cronistas Esportivos –, o nosso sincero agradecimento a esta Casa, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pelo reconhecimento. De forma muito especial e com a devida licença aos demais deputados desta Casa, o nosso carinho e o nosso reconhecimento aos companheiros e deputados João Vítor Xavier e Mário Henrique Caixa pela honrosa iniciativa de homenagear a nossa querida Amce. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier, representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, na reunião especial em homenagem aos 80 anos da Associação Mineira de Cronistas Esportivos.

(- Lê:) “A comemoração dos 80 anos da Associação Mineira de Cronistas Esportivos é motivo de intensa alegria para a Assembleia mineira. A longevidade da organização reflete como, desde cedo, a população de Belo Horizonte se envolveu com o esporte, notadamente o futebol, que elegeu como sua principal forma de diversão.

A memória histórica da capital, além do orgulhoso registro de ter sediado duas Copas do Mundo, tem presente, nas últimas décadas, as atividades do estádio, carinhosamente identificado como Mineirão, parte do Complexo Urbanístico e Arquitetônico da Pampulha, patrimônio mundial, reconhecido pela Unesco.

O jornalista esportivo sempre mereceu o afeto e o reconhecimento da população, alguns deles ainda lembrados como o inesquecível e bem-humorado Kafunga. A vocação política permeia a profissão. E esta Casa já recebeu tantos políticos vindos dos meios de comunicação – rádio, televisão ou jornais.

Na atual legislatura, destacam-se pelo brilhantismo e competência cotidiana demonstrados nos trabalhos desta Casa os deputados João Vítor Xavier e Mário Henrique Caixa, confirmando uma longa tradição. As páginas de jornais e mesas redondas esportivas garantem a audiência de nossa mídia, que tem como carro-chefe a transmissão ao vivo dos campeonatos estaduais, juntamente a torneios nacionais e internacionais.

Além do amor ao esporte, a associação que homenageamos cumpre uma função de integração de Minas Gerais, pois, desde o início, abrigou jornalistas do interior. Não apenas divulga nossos clubes e nossos atletas, como também prestigia a grande massa de torcedores, ouvindo a sua voz e até encaminhando reivindicações.

Esteve a seu cargo organizar a seleção mineira de futebol, que, em 1963, venceu o Campeonato Brasileiro de Seleções. A própria construção do Mineirão foi objeto de uma acirrada campanha de nossos cronistas esportivos, que convenceram o governo estadual a abraçar a ideia e a investir no projeto.

Viajando por todo o mundo, acompanhando os nossos clubes ou nossas seleções, os profissionais da área trazem para o público, ávido de informação, detalhes, ao vivo, que envolvem acontecimentos de seu interesse. Cobrindo vitórias e derrotas, alegrias e tristezas, próprias do esporte, às vezes, se veem compelidos a comunicar as inesperadas tragédias, como o desastre aéreo envolvendo a Chapecoense, que tanto comoveu o nosso país.

Mais que porta-vozes das equipes, dos atletas, das organizações que comandam, os cronistas esportivos têm sido grandes e fiéis parceiros da população. Participam da vida e do cotidiano de todos, levando credibilidade a nossa imprensa, com as devidas doses de emoção.

A Associação Mineira de Cronistas Esportivos nos faz sentir mais mineiros e mais brasileiros. Por isso, a ela e a seus atuais integrantes, rememorando os que militaram em seu espaço ao longo de décadas, a nossa afetuosa homenagem.

Muito obrigado. Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.”

Quero, neste encerramento, agradecer a tantos amigos que nos ajudaram muito nessa organização. Em especial, peço uma salva de palmas ao nosso Bira, tão querido por todos nós, braço direito do Luiz Carlos na organização da Amce e um anônimo lutador pelas causas da nossa entidade e da nossa militância.

Queria aqui lembrar alguns que já se foram e tiveram muita importância para todos nós, como Januário Carneiro; como Osvaldo Faria; como Fernando Sasso; como Carlos César Pinguim; como Willy Gonser; como Vilivaldo Alves – o Caixa me lembrava, agora há pouco, do seu grande ídolo; como Jairo Anatólio Lima; e tantos, tantos e tantos nomes que fizeram a história do jornalismo esportivo do Estado de Minas Gerais.

Parabéns a todos nós! Parabéns à Amce pelos seus 80 anos de muito trabalho!

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos o agradecimento pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 11, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/10/2019

Às 14h14min, comparece na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as consequências da retenção de repasses aos municípios e os critérios adotados pelo Tribunal de Contas para a verificação dos gastos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Simone Reis de Oliveira, diretora de Controle Externo dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG; Cristina Andrade Melo, procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCE-MG, representando a procuradora-geral; e os Srs. Marconi Augusto Fernandes de Castro Braga, diretor-geral do TCE- MG, representando o presidente; André Abreu Reis, secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Belo Horizonte; Geber Soares de Oliveira, superintendente central de Administração Financeira da Secretaria de Estado de Fazenda, representando o secretário; Douglas Willkys Alves Oliveira, prefeito municipal de Timóteo; Julvan Rezende Araújo Lacerda, prefeito municipal de Moema e presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2019.

Rosângela Reis, presidente – Fernando Pacheco – João Magalhães.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/11/2019

Às 19h15min, comparece na Câmara Municipal de Lagoa Santa, o deputado Léo Portela, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater o transporte público municipal, o valor da tarifa de passagem, a dupla função dos motoristas e a falta de cobradores, a precariedade dos veículos e demais temas relacionados ao transporte público municipal. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Janine Silva de Almeida Ramalho, procuradora da Santa Rita Transportes Urbanos e Rodoviário Ltda – Saritur –, representando o diretor de Desenvolvimento dessa empresa; e os Srs. Dalmar Morais Duarte, diretor de Transporte e Trânsito da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, representando o prefeito municipal de Lagoa Santa; Ten.PM Wellington Dias de Faria, comandante do Pelotão da Polícia Militar de Lagoa Santa, representando Ten.-Cel. PM Élcio Silva Machado; Eduardo Enham Lima, técnico da Saritur; Leandro Cândido da Silva, presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa; Cléber Soares Machado, Wagner Mendes da Silveira e Fabiano Moreira da Silva,

vereadores da Câmara Municipal de Lagoa Santa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2019.

Zé Reis, presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/11/2019

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e João Magalhães (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação atual da educação escolar quilombola da rede estadual de ensino no que diz respeito a organização, estrutura, funcionamento e proposta pedagógica. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.332/2019, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual São João Batista pela obtenção do título de Melhor Escola Pública Estadual do Vale do Jequitinhonha, por ter tido o melhor resultado no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – entre as escolas públicas estaduais de 80 municípios do Vale do Jequitinhonha;

nº 5.341/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Cordélia Pereira da Silva por seu aniversário de 100 anos e pela sua história de 40 anos como educadora, na luta por uma educação digna e de qualidade;

nº 5.348/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se constam entre as diretrizes do Plano de Atendimento da Educação o fechamento de escolas estaduais e a exclusão de vagas no 1º ano do ensino fundamental;

nº 5.350/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a conclusão da reforma emergencial na Escola Tancredo de Almeida Neves, no Município de Monte Belo, especialmente quanto às obras na quadra esportiva e no pátio e à pintura geral;

nº 5.369/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a abertura de novas turmas de cursos técnicos na Escola Estadual Dr. Geraldo Parreiras, localizada em João Monlevade, tendo em vista a crescente demanda no município e em toda a região, a disponibilidade de estrutura física adequada para oferecimento desses cursos e a experiência da instituição;

nº 5.370/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o não fechamento da Escola Estadual Professor José Valadares, localizada no Município de Pitangui, bem como para a imediata abertura de novas matrículas no plano de atendimento, conforme as necessidades da escola;

nº 5.371/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o não fechamento da Escola Estadual Tônico Batista, localizada no Município de Presidente Olegário, bem como para a abertura de novas matrículas no plano de atendimento, conforme as necessidades da escola;

nº 5.372/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o não fechamento da Escola Estadual Padre Antônio Correa, localizada no Município de Visconde do Rio Branco, bem como para a abertura de novas matrículas no plano de atendimento, conforme as necessidades da escola;

nº 5.373/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o não fechamento da Escola Estadual Bueno Brandão, localizada no Município de Bueno Brandão, bem como para a abertura de novas matrículas no plano de atendimento, conforme as necessidades da escola;

nº 5.374/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o não fechamento da Escola Estadual Bueno Brandão, localizada no Município de Ouro Fino, bem como para a abertura de novas matrículas no plano de atendimento, conforme as necessidades da escola;

nº 5.375/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o não fechamento da Escola Estadual Coronel Luiz Coutinho, localizada no Município de Guiricema, bem como para a abertura de novas matrículas no plano de atendimento, conforme as necessidades da escola;

nº 5.376/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a abertura de matrículas para curso técnico na Escola Estadual Simão da Cunha, localizada no Município de Betim;

nº 5.377/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Simão da Cunha, no Município de Betim, para verificar a necessidade de abertura de vagas para o ensino profissionalizante;

nº 5.378/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o início imediato do processo de reforma do prédio da Escola Estadual Leandro Pereira Malaquias, localizada no Município de Conceição do Mato Dentro, tendo em vista os riscos enfrentados pela comunidade escolar em razão da situação precária em que se encontra a unidade, principalmente a parte estrutural do telhado;

nº 5.379/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a Escola Estadual Marco Aurélio Monteiro de Barros, localizada no Distrito de Providência, no Município de Leopoldina, possa receber matrículas do 1º e 2º anos;

nº 5.400/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Cândido Portinari, em Betim, para conhecer as condições de funcionamento da instituição e ouvir as demandas da comunidade escolar;

nº 5.401/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Analise de Jesus da Silva pelo trabalho desenvolvido como professora da rede pública de ensino;

nº 5.402/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Marlene Bento pelo trabalho desenvolvido como professora da rede pública de ensino;

nº 5.403/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Patrícia Pereira pelo trabalho desenvolvido como professora da rede pública de ensino;

nº 5.404/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Denise de Paula Romano pelo trabalho desenvolvido como professora da rede pública de ensino;

nº 5.405/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado da Educação pedido de informações sobre o impacto no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação da

implementação do plano de atendimento escolar previsto para o ano de 2020, detalhando-se o quantitativo de profissionais da educação básica que serão dispensados;

nº 5.406/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado da Educação pedido de informações sobre quais municípios manifestaram interesse, junto à Secretaria de Estado da Educação, em assumir escolas ou turmas da rede estadual de ensino e qual o posicionamento adotado por esse órgão em relação a cada pleito.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Iara Félix Pires Viana, assessora da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação, representando a secretária; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Ângela Maria da Silva Gomes, coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado; Sônia Araújo Aparecida, integrante da Rede Quilombola Metropolitana; Cleide Hilda de Lima Souza, integrante da Coordenação Nacional das Entidades Negras; Maria Catarina Laborê Domingues Vale, diretora do Departamento de Políticas Sociais e Diversidade da Subsede do Sind-UTE de Divinópolis e ativista Quilombola; Makota Leciane, membro do Quilombo Manzo; Shirley Aparecida de Miranda, professora do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE-UFGM; Lucimar de Lourdes Gonçalves Martins, agricultora familiar quilombola e membro da Fetraf-MG, CUT-MG e Fomene; e Adriene Aparecida Figueiredo Gomes, professora de História da Escola Municipal Sócrates Mariani Bittencourt; e os Srs. Wendell Marcelino de Lima, coordenador da ONG Vale dos Quilombos; Vagner das Graças Roque, vereador da Câmara Municipal de Belo Oriente; e Jhonatan dos Santos Ferreira, professor e vice-diretor da comunidade quilombola do Capoeirão. A presidenta faz suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Após a audiência pública, é realizada a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Adriene Aparecida Figueiredo Gomes, professora de história da Escola Municipal Sócrates Mariani Bittencourt, pelo brilhante trabalho pedagógico desenvolvido e pela dedicação à escola pública. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/11/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.871/2017, do deputado Cristiano Silveira, que confere ao Município de Lagoa Dourada o título de Capital Estadual do Rocamble e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2015, do deputado Celinho Sintrocel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dionísio o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.054/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que proíbe o uso de algemas em presas ou internas parturientes, na forma que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.161/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.175/2018, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cana Verde o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.306/2018, da deputada Marília Campos, que acrescenta os incisos V a XIV ao art. 2º da Lei nº 21.043, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a promoção da igualdade entre os gêneros e acrescenta dispositivo à Lei nº 11.039, de 14 de janeiro de 1993. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.359/2018, do deputado Mário Henrique Caixa, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Prudente de Moraes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 54/2019, do deputado Noraldino Júnior, que altera a Lei nº 12.628, de 6 de outubro de 1997, que disciplina as reclamações relativas à prestação de serviço público, em conformidade com o disposto no § 4º do art. 40 da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 140/2019, do deputado João Leite, que autoriza o Estado a utilizar veículos automotores apreendidos em razão da prática de ilícitos administrativos ou penais e dá outras providências. A Comissão de Justiça

conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2019, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a gratuidade do reconhecimento voluntário da paternidade perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 515/2019, do deputado Coronel Henrique, que confere à cidade de Ubá o título de Capital Estadual da Indústria Moveleira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 592/2019, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Turmalina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 724/2019, do deputado Carlos Henrique, que dispõe sobre a realização de campanhas sobre os riscos relacionados com a pilotagem de motocicletas, bicicletas e patinetes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 725/2019, do deputado Duarte Bechir, que acrescenta dispositivo à Lei nº 20.020, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a prestação de assistência e cooperação técnicas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – aos municípios, na construção e na administração de distritos industriais, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 729/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, que altera a Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 738/2019, do deputado Bartô, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 822/2019, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Senador Firmino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.691/2019, do deputado Raul Belém.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.548/2016, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Ivair Nogueira; 10/2019, do deputado Noraldino Júnior; 324/2019, do deputado Celinho Sintrocel; e 836/2019, do deputado Coronel Sandro.

No 1º turno: Propostas de Emenda à Constituição nºs 4/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes e outros; e 32/2019, do deputado Coronel Sandro e outros; Projetos de Lei Complementar nºs 15/2019, da deputada Laura Serrano e outros; e 28/2019, do governador do Estado; Projetos de Lei nºs 1.860/2015 e 484/2019, do deputado Elismar Prado; 2.367/2015 e 1.237/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 736/2019, do deputado Cássio Soares; 863/2019, do deputado Bartô; 292/2015 e 294/2019, do deputado Arlen Santiago; 833 e 1.353/2015, 4.447/2017, 5.222/2018 e 497/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.200/2015, dos deputados Elismar Prado e Rogério Correia; 3.319/2016, da deputada Ione Pinheiro; 4.698/2017, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 5.049/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 168/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 215/2019, do deputado Noraldino Júnior; 328/2019, do deputado Celinho Sintrocel; 484 e 755/2019, do deputado Gustavo Santana; 786/2019, do deputado Bosco; 879 e 955/2019, do deputado Fernando Pacheco; 1.092/2019, do deputado Coronel Henrique; e 1.258/2019, do deputado Glaycon Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.643/2016, da deputada Rosângela Reis; 4.061 e 4.166/2017, do deputado Paulo Guedes; 5.447/2018, do deputado Roberto Andrade; 5.499/2018, do deputado Rogério Correia; 463/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 670/2019, do deputado Cristiano Silveira; 930/2019, do deputado Agostinho Patrus; 974/2019, da deputada Leninha; 1.011/2019, do governador do Estado; 1.114 e 1.135/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.132/2019, do deputado Cássio Soares; 1.137, 1.150 e 1.233/2019, do deputado Virgílio Guimarães; 1.144 e 1.145/2019, do deputado Inácio Franco; 1.163 e 1.218/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; 1.191 e 1.192/2019, do deputado Bosco; 1.200 e 1.201/2019, do deputado Mário Henrique Caixa; 1.212/2019, do deputado Leonídio Bouças; 1.213/2019, da deputada Celise Laviola; 1.218 e 1.221/2019, do deputado Gustavo Valadares; e 1.235/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.443/2018, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.158/2019, do deputado Doutor Jean Freire.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a nova modelagem institucional dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação da Rodovia MGC-479, no trecho de Chapada Gaúcha a Januária.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.724/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.116/2019, do deputado Carlos Pimenta.

Requerimentos nºs 3.572/2019, do deputado Coronel Henrique, e 3.725/2019, do deputado Doutor Paulo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/11/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO
CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN
DO DIA 13/11/2019**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.855/2015, do deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.404/2019, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 1.014/2019, que altera a Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 14/11/2019**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância da manutenção do funcionamento do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez de Montes Claros nas instalações da antiga Escola Estadual de Educação Especial Abdias Dias de Souza, tendo em vista a importância do trabalho de inclusão dos alunos surdos na rede educacional em toda a região.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.009/2019, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2019, às 18h30min, em Belo Horizonte, com a finalidade de, em audiência pública, apresentar um relato dos trabalhos da comissão para a Sociedade Mineira de Engenheiros e participar da palestra As Reformas Governamentais e a Intermodalidade dos Transportes, a ser ministrada pelo Sr. Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2019.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos, Fernando Pacheco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a regularização fundiária urbana no Município de Uberlândia.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2019.

Rosângela Reis, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/11/2019

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, caros colegas deputados, deputada Beatriz, aqui presente, caros companheiros que estão na galeria, público que nos assiste em casa pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje? Nesta semana, circulou um vídeo – no início da semana – do Exmo. governador do Estado, Romeu Zema. Recebi esse vídeo em vários grupos, fiz questão de vê-lo por mais de uma vez. Fiquei em dúvida se era um vídeo de campanha ou um vídeo dele já com o governador eleito, do momento, haja vista que estamos, nesta Casa, discutindo vários projetos de lei que aqui chegaram, vindos do governo, que tratam da questão fiscal. E aquele vídeo me cheirou a algo como propaganda. Eu faço questão, sempre quando venho a esta Casa, a este Plenário – e faço isso todas as semanas –, de discutir um tema. Tenho feito isso aqui, e o deputado Guilherme é testemunha disso. Não é uma questão de oposição por oposição. Eu não tenho feito isso aqui, nesta Casa. Estou aberto a dialogar, a contribuir. Não sou daqueles que pensa que quanto pior o governo melhor. Eu não penso assim. Já estive em vários momentos no governo, dialogando questões inerentes ao nosso estado, apresentando propostas. Eu quero que o governo dê certo, eu quero que o Estado de Minas Gerais dê certo, eu quero que cada governo que venha seja melhor do que o anterior. É essa, eu acho, a função de um homem público, de uma mulher pública. Esta é que acho que é a função do governo, deputado Guilherme, de, quando assumir, ser melhor do que o outro. Eu acho que assim o Estado só tem a dar. Eu, na verdade, ainda não sei se esse vídeo é algo anterior à campanha ou não.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – Muito obrigado, Doutor Jean Freire. Só quero esclarecer. É um vídeo no qual o governador Romeu Zema fala sobre a importância das privatizações?

O deputado Doutor Jean Freire* – Sim, ele compara o Estado com a empresa privada, diz que mercearia não vende trator.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – É o mesmo vídeo. Só para esclarecer, já que há dúvida, esse vídeo é de mais de um ano e meio atrás, da época da pré-campanha, antes mesmo da campanha eleitoral; é da época da pré-campanha. E é muito fácil perceber isso, até pelo nome que consta no vídeo. Lá consta Romeu Zema Neto. E o Romeu Zema Neto é um nome que não foi utilizado senão na pré-campanha. Já a partir da campanha eleitoral ele passou a se apresentar apenas como Romeu Zema. E a maneira como ele hoje é conhecido é governador Romeu Zema, e não Romeu Zema Neto. Então, é um vídeo de mais de um ano e meio atrás, da época da pré-campanha ainda. É curioso dizer, mas é um vídeo da época em que se falava dos 3%, que talvez não chegasse nem a isso, que era o percentual da população mineira que já conhecia e que já acompanhava o que era dito pelo partido e pelos pré-candidatos do Novo. Então, nesse aspecto, enquanto discussão com o Parlamento, não é esse o tom. A gente entende que as privatizações seguem importantes, e por outras razões a gente entende que são importantes hoje com foco na prestação de serviço ao cidadão mineiro. De toda forma, esclarecendo, e para não roubar muito do seu tempo, é um vídeo muito antigo, de um ano e meio atrás, ainda da época da pré-campanha.

O deputado Doutor Jean Freire* – Muito obrigado, deputado Guilherme, sempre atento. Você viu que eu fiz questão absoluta de fazer essa pergunta, uma vez que vi sua presença aqui, em Plenário, porque, se há uma coisa que eu não faço, é demagogia ou agir de má-fé. Então, fiz questão de colocar que eu não sabia se era um vídeo da época de campanha, de pré-campanha ou não.

Espero, inclusive, você me dizendo isso, que o governador tenha mudado de opinião em algumas questões ali colocadas. A primeira é comparar uma empresa privada com o governo do Estado. Comparar isso. Eu acho que uma empresa privada visa a lucro, presta serviço, mas tem como ápice visar ao lucro. O Estado visa à prestação de serviço. Inclusive, parece que no vídeo é colocada a prestação de serviço. Mas o Estado tem algumas empresas – e talvez alguém de má-fé tenha usado esse vídeo para esse momento, talvez para fazer o contraponto com a Assembleia, levar para esse fim – que geram lucro. A Copasa gera lucro, a Cemig gera lucro.

Mas, como eu disse, eu espero – e fico feliz com a palavra do deputado Guilherme de que é um vídeo antigo – que o governador Romeu Zema tenha mudado. Ele pede para ter foco. E que bom. Nós temos que ter foco. Ele coloca a política como algo ruim.

Gostaria de lembrar que aprendi, ainda jovem, que política é o dom de fazer algo em comum. Direi até mais: política é o dom que vem de Deus para fazer algo em comum. Então a política é saudável. Pressupõe que político deva ser saudável; infelizmente, alguns desvirtuam – infelizmente – e sujam a política. Então, acho que estamos num momento... E que bom que talvez o governador tenha mudado de opinião. Aliás, se ele achava que não era político um ano e meio atrás – para mim, ele já era um ser político na definição da palavra –, hoje, ele é. Se no tempo o governador falava, como diz no vídeo, que o governo só atrapalha, hoje ele é governo. Então, se governo só atrapalha e, hoje, ele é governo, quem sabe ele não tenha mudado de opinião.

No vídeo, ele fala que privatização faz os preços caírem, até compara a telefonia. Hoje, todo mundo que tem celular sabe a dificuldade que é, no dia a dia, falar com a empresa. Não temos esse acesso fácil. É verdade que a telefonia evoluiu, mas não podemos colocar que foi graças à privatização. No vídeo, o governador fala que esse sistema só é ruim para os políticos, para apadrinhar. É bom lembrar... E aqui quero colaborar com a fala do deputado Guilherme e dizer que o vídeo foi feito há um ano e meio. Mas, vimos aqui, nesta Casa – nós vimos, eu presenciei isso, muitos colegas presenciaram, com certeza –, vários colegas deputados querendo saber, fazendo reunião, para onde iam indicar o superintendente de Saúde, quem ia indicar o superintendente de Educação, ou seja, apadrinhar. Apadrinhar! Concordo com o governador de que não se deve apadrinhar, mas o que ele colocou no vídeo está sendo feito diferente.

Por último – espero que ele tenha mudado de opinião –, ele falou que uma mercearia não pode vender trator; falou que uma farmácia não vende cimento. Ou seja, que o governo do Estado não tem que ter empresas que gerem lucro, porque o governo tem que focar, como ele disse. Então, mais uma vez, coloco que espero que ele tenha mudado de opinião, porque vou fazer um histórico das empresas do governador, rapidamente. É fácil, é só ir na internet e fazer o histórico.

Em 1923, Domingos Zema montou a Casa Sport, uma loja de peças, acessórios, lubrificantes e combustíveis. Também começou a alugar carros e a fabricar carroças, diversificou. Não o julgo. Em 1926, a Casa Sport tornou-se revendedora da Ford. Em 1936 – o primeiro posto –, Domingos Zema inaugurou o primeiro posto de gasolina na cidade de Araxá. Em 1969, compra o segundo posto de combustível e surge a marca Zema e, a partir daí, várias outras empresas foram fundadas ou adquiridas. Em 1976, adquire uma concessionária da General Motors e uma loja de eletrodomésticos. Em 1995, cria-se a Zema Petróleo, ampliação nos negócios de combustível. Parece que já venderam.

Em 2000, surgem as Zmais, serviço de conveniência nos postos de combustível, uma loja de eletrodomésticos, que está em várias cidades. Na minha cidade existe. E você entra lá, deputada Beatriz, você compra roupa e, por último, emprestam um dinheiro. Até onde eu sei, dinheiro de um banco público, que eles pegam e emprestam a um juro maior. Ou seja, diversificou. Está bom. É uma empresa privada, mas, no vídeo, ele diz que o Estado é como uma empresa privada.

V. Exa. não estava presente, deputada Beatriz, mas nós até discutimos sobre isso esta semana. O deputado Guilherme colocou aqui que não é um vídeo de agora. É um vídeo de mais de um ano e meio. Mas, mesmo assim, eu fiz questão de colocar isso porque nós estamos vivendo um momento, nesta Casa, muito importante, com várias discussões importantes, em que a bancada do Partido dos Trabalhadores está sendo acusada de fazer obstrução. Isso é uma inverdade, haja vista a nossa presença constante aqui nesta Casa. Eu já ouvi isso, inclusive de deputados da base. O deputado Guilherme já me disse isso – se me permite citar o seu nome, deputado, sobre as contribuições que nossa bancada sempre dá.

O que nós não podemos aceitar é essa demagogia. Isso nós não podemos aceitar. Espero que esse vídeo que agora está rodando novamente por aí não seja de má-fé. Espero que não seja por causa deste momento que nós estamos vivendo. Não creio que são pessoas ligadas ao governo que estão circulando esse vídeo. Então, pelo histórico que eu fiz aqui, caros colegas, referente às empresas do governador... E não fui eu que disse que o Estado é como uma empresa privada. Foi ele, naquele momento. É possível,

sim, que o Estado tenha essa ousadia de aplicar em outras áreas, inclusive para usar o lucro dessas empresas para fazer a sua principal função, com a qual eu concordo. A principal função do Estado são serviços para a comunidade: é saúde, é segurança pública, é educação, são ações nas temáticas do convívio com a seca. São essas as principais políticas. Com isso eu concordo, mas espero que nós possamos fazer discurso com muita verdade, olhando olho no olho um do outro.

A nossa bancada tem-se reunido no dia a dia para dialogar, para apresentar propostas. Saiba, deputado, que eu acho que V. Exa., deputado Guilherme, concorda com isso, nós não somos do quanto pior melhor. Nós estamos aqui para colaborar. Meu muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Guilherme da Cunha* – Boa tarde, colegas. Boa tarde, deputado Jean Freire, que me antecedeu e a quem tenho a honra de suceder quase que numa continuidade de diálogo, partindo da mesma temática. Agradeço pela oportunidade de trazer à Assembleia, de trazer a esta tribuna o tema da privatização, ainda que partindo de um vídeo feito há mais um ano e meio. Sabe-se lá por que, ele está voltando a circular.

Mas esse nem é o ponto mais relevante. O importante é a gente, como parlamentar e representante do povo de Minas Gerais, aproveitar a oportunidade para discutir o assunto, pois é bom. O assunto é sobre privatizações e qual é o papel do Estado na sua relação com o cidadão. Em sua fala, V. Exa. destacou a questão do papel da empresa privada de perseguir o lucro e que o Estado não deveria perseguir o lucro, mas, sim, fazer atendimento ao cidadão, o que é até bastante curioso. Porque das diversas vezes em que vi da oposição a ideia de privatização, por exemplo, da Cemig, sempre foi dito que ela é uma empresa que dá lucro. E, dando lucro, o Estado não deveria, em momento algum, se desfazer dela. É curioso, porque, se o papel do Estado não é dar lucro, por que se exalta que a Cemig dê lucro em vez de operar por tarifas ainda mais baixas e operar na conta exata, zerada, com o atendimento melhor ao cidadão? Mas esse nem é o ponto. Isso é só uma incongruência do discurso daqueles que atacam a privatização demonizando o lucro e depois exaltando o lucro que a estatal consegue.

O mais importante aqui é que a gente entenda de onde vem o lucro quando o mercado é livre; de onde vem o lucro quando a gente não está tratando de monopólios estatais em cima de uma determinada atividade. Doutor Jean Freire, é importante a gente perceber que, quando o mercado é livre, o lucro vem da escolha soberana, independente e livre de cada cidadão, a cada dia.

Para um dono de pizzaria manter o seu negócio aberto e lucrar, ele tem que atrair o cliente no primeiro dia, no segundo também, no terceiro, e assim por diante, porque, nos mercados livres, o cidadão é rei, o consumidor é rei, e a escolha dele é disputada diariamente. E só sobrevive e, principalmente, só atinge o lucro aquele que presta um bom serviço, aquele que entrega algo de qualidade por preço justo.

Quando o mercado é livre, ninguém vai conseguir lucrar cobrando preços extorsivos. Porque, se uma pizzaria resolve me dizer que o custo de uma pizza é de R\$200,00, eu vou em outra; se uma pizzaria resolve me dizer que ela cobra baratinho, mas me entrega uma coisa horrorosa, eu vou em outra. Quando o mercado é livre, eu tenho a escolha, o cidadão tem a escolha, o consumidor tem a escolha. E cada um sabe o que é melhor para si e escolhe dentro de suas capacidades, escolhe aquilo que vai fazê-lo mais feliz.

A gente precisa dar liberdade aos mercados, a gente precisa acabar com esses monopólios estatais justamente para que haja competição pelas escolhas dos indivíduos, para que o foco deixe de ser o burocrata que autoriza quem pode ou não trabalhar e passe a ser o cidadão, o consumidor, o cliente, aquele que vai fazer a escolha.

Esta é uma das razões pelas quais a privatização é importante: acabar com o monopólio, trazer escolhas para as pessoas, permitir que os indivíduos tomem suas decisões naquilo que vai fazê-los mais felizes e em que eles vão encontrar o melhor custo-benefício, que tenham o bom serviço. E, se o foco é o serviço, vamos discutir a privatização a partir dele.

Eu queria aqui que a gente mergulhasse um pouco especialmente no caso de duas estatais que hoje estão prestando um péssimo serviço para a população mineira e cuja privatização a gente já começa a discutir aqui, nesta Casa. Vamos falar primeiro da Cemig e depois da Copasa.

A Cemig é hoje um dos principais gargalos para um desenvolvimento mais acelerado de Minas Gerais. Ela tem uma história maravilhosa, ela tem uma importância para o nosso povo, ela tem uma importância para o nosso desenvolvimento, mas, olhando para frente – e creio que estamos aqui para olhar para frente e para o futuro dos mineiros, para o bem-estar de quem já vive hoje e de quem virá –, a Cemig hoje muito mais atrapalha que ajuda. Por quê? Porque a Cemig precisa investir pesado para poder dar conexão tanto para quem está gerando energia quanto para quem deseja consumir energia. E essas conexões significam muito mais que uma fila de investimentos que está numa planilha de Excel. Essas conexões significam empregos nas diversas usinas fotovoltaicas que poderiam estar operando no Norte de Minas e não estão. Empregos para a sua região, empregos que poderiam revolucionar a vida das pessoas em sua comunidade.

A Cemig, além de não conseguir conectar as usinas fotovoltaicas no Norte de Minas, também não conecta os empreendimentos industriais. Por exemplo, os empreendimentos que estão florescendo no Triângulo Mineiro - sua região, deputado Raul. Hoje, há no Triângulo uma indústria de bebidas que está funcionando com geradores a diesel, pagando quatro vezes mais pelo custo de energia que poderia, se houvesse o acesso já instalado pela Cemig... Mas isso não aconteceu. E esse custo quatro vezes maior vai para o consumidor; esse custo quatro vezes maior entra no preço da bebida depois e faz com que o consumidor, às vezes, tenha que pagar mais ou, às vezes, opte por outro produto e leve aquela indústria à falência, porque o consumidor é livre.

Se a gente vive essa situação de indústrias indo a falência, de indústrias que deixam de expandir a sua atividade, de empreendimentos agropecuários que deixam de se instalar no nosso estado porque não há energia disponível... Isso significaria emprego para o cidadão mineiro, que deixa de existir porque, infelizmente, a gente está apegado ou à ideologia de que estatal é bom e lucro é ruim ou à história, à bela história da Cemig.

Sei que são escolhas a se fazer. Sei que várias delas têm um peso pessoal muito forte. Mas peço sempre aos colegas que mire, na hora de fazer essas escolhas, no cidadão, em quem está desempregado a procura de uma oportunidade. Esse cidadão precisa que os investimentos aconteçam – e são investimentos grandes. A Cemig precisaria investir, apenas para atender à demanda atual, R\$21.000.000.000,00. A previsão é de que, nos próximos quatro anos, ela só tenha disponibilidade para investir R\$6.000.000.000,00. Há um buraco, um buraco de R\$15.000.000.000,00, e não consigo nem traduzir quantos empregos representam no nosso estado. Esse buraco de R\$15.000.000.000,00 teria que ser suprido pelo próprio Estado de Minas Gerais, aportando recursos na estatal. A gente tem dinheiro? O Estado já não está quebrado, já não está com o salário atrasado? De onde virão esses R\$15.000.000.000,00 que Minas Gerais precisa jogar dentro da Cemig? Não há essa oportunidade, não há essa possibilidade.

O Estado hoje não consegue investir o que é necessário para destravar o crescimento da nossa gente, da nossa indústria, da nossa agropecuária. Sem destravar esse crescimento, a gente vai de demanda ideológica em demanda ideológica, de disputa em disputa, mantendo o cidadão mineiro refém e na espera dentro de casa, dependente de auxílio, porque emprego não existe.

O deputado Bartô (em aparte)* – Deputado Guilherme da Cunha, estou aqui, junto com você, para defender as privatizações. Acho que não há espaço para o governo administrar empresas quando ele mal, mal administra o que é essencial para o povo. Veem-se a saúde, a educação, a segurança, a infraestrutura básica totalmente comprometidas. Quando a gente roda no Estado, vê que estão sucateadas quaisquer uma dessas, necessitando de dinheiro para poder pagar caixa. E aí a gente vê o governo gastando empenho, gastando foco em administrar empresas que a gente poderia deixar claramente nas mãos do próprio poder privado.

Então, estou aqui com você para poder defender a privatização, principalmente quando se fala de voltar para o público. Quando temos esse receio do que a privatização pode ser para o consumidor, pode ser para o trabalhador, vemos que empresas privadas estão lutando, numa concorrência umas com as outras, para buscar os consumidores. Assim, elas tentam agradar ainda mais o

consumidor do que aquele monopólio estatal, bem como os trabalhadores. Uma vez que você tem uma empresa que precisa funcionar apenas para dar lucro, começa-se, realmente, a dar valor àqueles empregados que mais produzem para a empresa. Então, você começa, realmente, a dar mais espaço àqueles que querem crescer na empresa, àqueles que fazem por onde, àqueles que meritocraticamente conseguem subir, em vez de ser uma empresa em que, quando está no público, deixamos um pouco de lado e vira empresa de ninguém. As pessoas confundem muito o dinheiro e a empresa pública com empresa de ninguém. Na verdade, é empresa de todos. Mas aí, faltando com o devido controle imediato de alguém que realmente é interessado naquilo, acabam ficando frutos para serem utilizados para benefício próprio. Então, não é à toa que a gente vê tanta corrupção ocorrendo em empresas públicas.

Sendo assim, reforço que precisamos das privatizações. E digo mais: a gente não pode pegar a Cemig, por exemplo, ou uma Copasa e apenas vendê-la e passá-la para o mercado privado, porque estaríamos trocando o monopólio estatal pelo monopólio privado. A ideia é realmente fragmentar a empresa. Por exemplo, há o próprio caso da energia em que há distribuidora, transmissora e geradora. Só por aí já se consegue fragmentar em três. Mas fragmentar muito mais do que isso é vender por partes. Aí, além de você conseguir uma remuneração melhor por cada parte que vai vendendo, você vai tratando-a adequadamente, vai colocando-a em condições de uma venda melhor. Além disso, você começa também a colocar mais *players* dentro do mercado, e aí estimula mais a concorrência.

Então, a privatização é boa tanto para os consumidores quanto para os trabalhadores que vão ser mais valorizados, lembrando que a verdadeira função social da empresa é lucrar. É o lucro que a mantém saudável para continuar prestando o serviço à população e aos seus consumidores, bem como para pagar a renda e dar oportunidade aos trabalhadores.

O deputado Guilherme da Cunha* – Doutor Jean, eu vou tentar concluir um pouquinho o raciocínio aqui antes de lhe dar o aparte, mas tentarei ser breve para que haja tempo. Agradeço ao deputado Bartô por trazer à luz um tema que eu não havia incluído aqui na minha fundamentação, mas que é muito relevante, é uma outra razão pela qual as privatizações são necessárias.

Mas, voltando aqui ao nosso enfoque da qualidade do serviço para o cidadão e dos investimentos que são necessários, fica evidente que hoje a Cemig não tem essa capacidade de investimento. Mas fica o receio de que: “Bem, se uma outra empresa assume a Cemig, ainda que com capacidade de investimento, ela vai buscar o lucro e vai explodir a tarifa”. É um receio válido, mas a experiência já existente no Brasil demonstra que o que acontece na prática é outra coisa.

Eu quero trazer aqui o exemplo de Goiás, com a Enel, que foi até objeto de uma audiência pública aqui, na Assembleia; e foi muito criticada a privatização acontecida lá porque Goiás teria a pior energia do País. Esquecem-se, quando dizem isso, de que Goiás já tinha a pior energia do País, mas era a pior de goleada, e ela passou a ser a pior agora por curta margem. Desde que ocorreu a privatização, triplicaram-se os investimentos feitos pela nova empresa em relação à estatal – investimentos que hoje são quatro vezes superiores proporcionalmente aos que a Cemig, estatal, faz em Minas Gerais: eles investem 16% no faturamento, e aqui a gente investe apenas 4%. E, com todos esses investimentos, houve uma melhoria na qualidade do serviço em Goiás: 22%. E as tarifas? Subiram, mas subiram 50% menos do que subiram as tarifas da estatal Cemig em igual período.

A Copasa vai pelo mesmo caminho. A Copasa não acompanhou, em investimentos, o crescimento da população mineira, a expansão das cidades e ficou parada no tempo, sem conseguir investir e levar água até as pessoas, quanto mais esgoto tratado. Não conseguiu levar esgoto sequer para regiões ricas aqui perto, tanto que, recentemente, a Arsae, agência reguladora, impediu a cobrança de esgoto em uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte porque não estava sendo prestado adequadamente o serviço. Mas Pará de Minas teve a coragem de romper com a Copasa, teve a coragem de fazer uma licitação e colocar um agente privado. O agente privado investiu – coisa que a estatal não tem dinheiro para fazer – e levou água para 100% da população e esgoto para quase igual percentual.

Quando a gente foca – e esse é o meu foco e o do governo – no cidadão e na qualidade do serviço que ele recebe, fica muito claro e evidente que as privatizações são um bom caminho para que haja mais qualidade de vida, para que haja mais geração de

emprego, para que haja mais renda e para que haja uma Minas Gerais mais próspera e preparada para o futuro – valorizando sua história e seu passado, mas preparada para o futuro.

Com a palavra, ainda que lamentando pelo curto tempo, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Deputado Guilherme, algo que eu nunca compreendi é por que, com relação a uma empresa pública, alguns colocam que não dá certo por ser pública, simplesmente por isso. A gente escuta, às vezes, como o deputado que me antecedeu no aparte, sobre a questão da corrupção. Onde há corrupção, há corruptor, e a maioria dos corruptores são empresas privadas. A gente vive isso no nosso país.

A gente fica pensando, e eu quero fazer uma pergunta a V. Exa.: se a Cemig tiver de onde tirar os R\$20.000.000.000,00...

O deputado Guilherme da Cunha* – São R\$21.000.000.000,00.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Se ela conseguir R\$21.000.000.000,00 com empresas que talvez até pertençam a ela, o senhor concorda? Se ela tiver de onde tirar os R\$21.000.000.000,00, o senhor concorda com ela continuar pública?

E outra situação – não sei se vai dar tempo, e o senhor pode me responder aqui, sem problema: vendendo a Cemig, o monopólio vai ficar com quem? Com quem irá ficar o monopólio da energia? Ou várias empresas vão estar atuando na área? São os questionamentos que eu deixo.

Sempre que se fala em privatização, deputado, prometem tudo. Foi assim na telefonia. O senhor colocou muito bem a situação de Goiás, e a gente já recebeu aqui, nesta Casa, já houve uma audiência pública com deputado de Goiás, alguns parlamentares já fizeram visitas lá e viram como que, para o povo, foi pior.

E só na questão que o senhor colocou, na questão do lucro. Quando eu falo do lucro... Eu não quis enaltecer o lucro. Eu acho que, se a empresa pública que der lucro, esse lucro pode ser revestido para o bem-estar social.

O deputado Guilherme da Cunha* – Deputado Doutor Jean Freire, serei muito objetivo porque tenho apenas 1 minuto. Caso conseguíssemos, por um passe de mágica, levantar os R\$21.000.000.000,00 que a Cemig necessita hoje para investimentos em Minas Gerais, a gente conseguiria atender apenas à demanda atual. A gente conseguiria tapar um buraco do passado, mas a gente não prepararia nosso estado para o futuro. Para que a gente tenha não apenas a condição de atender a demanda atual, mas consiga ainda levar Minas Gerais para um futuro muito mais próspero, com muito mais emprego e renda para a nossa população, é necessário uma continuidade de investimentos. Esses R\$21.000.000.000,00 é só o início. A gente precisa de uma continuidade de investimentos depois.

Como o Estado está hoje, com R\$15.000.000.000,00 de déficit no orçamento, a gente vê que, para o futuro, também não será possível contar com aportes feito pelo Estado. A privatização é realmente necessária, deputado Jean, porque a gente tem a preocupação de atender bem o cidadão mineiro. Ele em primeiro lugar.

Na questão da corrupção, nem entro nesse tópico, nem entro nesse tópico. Quando a gente fala de criminalidade, a gente deve tratar isso como polícia, a gente deve tratar isso como Ministério Público, e não como uma política de Estado. Como política, foco no cidadão. A privatização é necessária pelos motivos acima.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Raul Belém* – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, colega deputada Beatriz Cerqueira e colegas deputados aqui presentes. Quero cumprimentar o público que nos assiste pela TV Assembleia, cumprimentar os servidores desta Casa e aqueles que estão presentes aqui nas galerias.

Deputado Jean Freire, deputado Guilherme da Cunha, hoje tenho dois assuntos a serem tratados desta tribuna. Um deles é justamente sobre a Cemig. Aproveitando a oportunidade do debate, eu farei inicialmente a nossa fala em relação a isso. Que bom que esse assunto tem sido tratado aqui na Assembleia de Minas, porque a gente tem visto uma coisa tão importante para o Estado de

Minas Gerais, uma coisa tão relevante e que, no passado, gerou intensos debates... Houve até mesmo à reversão de uma venda dessa estatal num momento... Foi feita pelo saudoso Itamar Franco, à época. Ele trouxe a Cemig de volta. Ela estava sendo vendida a preço de banana pelo ex-governador Eduardo Azeredo.

Eu creio que este é o momento de fazer o debate em relação à privatização ou não da Cemig. Nós esperamos que todas as dúvidas possam ser muito bem esclarecidas. Eu acho que estamos trazendo o assunto de forma muito superficial ainda. Eu vejo falarem que a Cemig é prejudicial, que a Cemig não tem cumprido seu papel com o Estado, que a Cemig é um lixo, que a Cemig está fazendo com que o Estado perca empregos, mas se esquecem de dizer aqui que a Cemig está entre as sete empresas do mundo de geração de energia. É nossa a empresa, gente. É do Estado de Minas Gerais!

Então eu digo a vocês que estou pronto a ser convencido, se for o caso, mas dentro do diálogo, dentro dos números, dentro das informações, porque, até o momento, deputado Jean Freire e deputado Guilherme da Cunha, nós estamos só no campo ideológico. O pessoal liberalista acha que se deve vender porque privatizar é bom, e algumas pessoas acham que não se deve vender porque são contra a privatização.

Mas eu quero dizer a vocês que eu fiz parte da comissão que esteve em Goiás visitando a CPI que foi feita naquele estado. E aqui é importante nós enaltecermos que foi uma CPI feita de forma muito séria e uma CPI que trouxe à luz algumas questões da Enel, que ninguém estava conseguindo controlar no Estado de Goiás. Deputado Cleitinho, o tirador de leite lá, no Estado de Goiás... Inclusive, quero aproveitar para dizer que o senhor é muito querido no Estado de Goiás, o povo de lá fala muito bem do senhor. O senhor não teve a oportunidade de estar lá conosco. Inicialmente o senhor iria, mas eu até recomendo que, quando o senhor tiver a oportunidade, vá lá, em Goiás, para, inclusive, olhar essa questão da Enel, da privatização lá. Olha, as empresas que querem investir no Estado de Goiás não têm conseguido, não, deputado Jean Freire. Existe uma empresa lá que fez um investimento em energia solar, pediu para a Enel fazer a ligação, e sabem quanto eles cobraram? Eu tenho esse documento aqui comigo: R\$45.000.000,00 para ligar a energia da usina fotovoltaica – mais do que o empreendedor investiu na própria usina.

Então, será que nós estamos no caminho certo mesmo em achar que a privatização é a melhor coisa do mundo, que isso resolverá todos os nossos problemas, que temos uma empresa à altura para resolver a questão do setor elétrico no Estado de Minas Gerais? Isso é uma questão muito difícil para nós tratarmos, gente! É uma questão que vai demandar muito do estudo dos parlamentares desta Casa e principalmente do governo do Estado, porque o que eu tenho visto, até agora, é simplesmente dizer que a Cemig não resolve nada, que a Cemig é péssima, que a Cemig não tem condição de investir. E aqui eu digo o seguinte: o desmonte da Cemig começou já faz algum tempo. O desmonte da Cemig começou já faz algum tempo. Eu acredito que a Cemig poderia ter a sua geração completa se, no governo passado, tivessem trabalhado para que isso acontecesse, para não perderem parte da geração como perderam. Então, hoje eles justificam dizendo isto: “Ah, a Cemig não gera tanto como antes, então nós temos que vendê-la também”. Ora, vamos segurar o que temos de geração ainda!

Foi falado aqui que a Cemig precisa investir R\$21.000.000.000,00. Nós só escutamos esse número, mas ninguém, até agora, trouxe para nós uma explanação concreta de onde serão investidos esses R\$21.000.000.000,00. E ninguém disse para nós, até agora, se a Cemig é incapaz de levantar esse recurso. E eu acho que, se a Cemig não consegue levantar um recurso desse, dificilmente uma empresa privada conseguirá levantar um recurso dessa natureza também. Vinte e um bilhões não é para qualquer um, não, gente! O que é que é isso? Então nós já sabemos. Eu acredito que, no mundo, se houver, há uma empresa para fazer esse investimento. Então já sabemos até para quem será vendida a Cemig. Nós já temos isso esclarecido por parte do governo do Estado. Agora, alguém procurou saber se a Cemig tem condição de buscar no mercado financeiro recurso para comprar ou renovar a concessão da geração de energia? Alguém já procurou saber isso? São coisas, deputado Jean Freire, que nós vamos fazer. Eu irei fazer, como eu fui lá, juntamente com os deputados desta Casa, em Goiás; o senhor fará, o deputado Osvaldo Lopes, o deputado Cleitinho Azevedo, a deputada Beatriz Cerqueira, o deputado Fernando Pacheco, o deputado Carlos Pimenta, o deputado Bartô.

É um assunto que precisamos discutir a fundo. Então, que bom que esse assunto veio a esta Casa dessa maneira.

Quero aproveitar e fazer um agradecimento ao governo do Estado, porque reabriu a conversa – viu, deputada Beatriz? – com o Sindieletro hoje. Ontem isto estava repleto de servidores da Cemig. Ela fechou a discussão em relação ao que tinha sido apresentado pelo Sindieletro. A Cemig resolveu abrir o diálogo com o Sindieletro para conversar com esses trabalhadores. Acho que é dialogando que vamos chegar a algum lugar no Estado. Não é na base da brutalidade, de quem ganha no grito, como aconteceu nesta Casa aqui, ontem. Ficamos, no dia de ontem, extremamente chocados. Eu, que sou um deputado de primeiro mandato, nunca vi uma coisa dessa. Precisamos respeitar os prazos que os colegas precisam ter para avaliar os projetos, gente. Não podemos sair aí rompendo as coisas de qualquer forma e aprovar. Temos interesse em que o Estado ande, mas, acima de tudo, somos responsáveis pelas nossas atitudes aqui dentro. O povo vai cobrar isso de nós em algum momento. Vai cobrar.

Então, o que às vezes parece flores pode ser espinhos, e temos esse dever de fazer essa avaliação aqui. Somos nós, é nesta Casa que tem de haver as discussões.

Então, ontem aqui parou-se a votação, houve briga, e “não vai continuar”. Havia vários projetos importantes para o Estado, projetos de deputados em pauta e, simplesmente: “não”, “não vai, porque deputado fulano de tal pediu para levar para mais uma comissão para ser avaliado”. Olhe, gente, precisamos ter o tempo de maturação das coisas aqui. Existem os projetos do governo, e ninguém aqui até hoje travou projeto do governo do Estado. Ninguém fez isso. Eu desconheço que alguém tenha feito isso. Todo os deputados têm criado toda a facilidade do mundo para o governador Romeu Zema e sua equipe administrarem o Estado de Minas Gerais. Então, essa é uma situação de que quero aqui dar o meu testemunho. Até hoje não vi nesta Casa alguém criar conflito para atrapalhar o governo do Estado e para atrapalhar o cidadão mineiro. Então, é importante que entendamos o prazo de cada um aqui, nesta Casa, e que possamos votar projetos com segurança, que possamos votar projetos sabendo que isso de fato é a coisa certa a se fazer.

O deputado Bartô (em aparte)* – Obrigado, deputado Raul. O senhor comentou a respeito de dados para a gente poder melhorar a discussão sobre privatização. Pego o relatório da Aneel, recém-lançado, em que foram analisadas 54 empresas de distribuição de energia, entre elas a Cemig. Entre as cinco primeiras colocadas há uma que é pública; a primeira e a segunda são privadas; a terceira é pública; a quarta e quinta são privadas. Quando vamos para as cinco piores, destas, quatro são públicas. Só há a Celpa aqui que é privada, enfim. Essa questão do *ranking* da Aneel leva em consideração o custo-benefício da energia, a satisfação do consumidor, a confiança, fidelidade da empresa e a qualidade percebida pela entrega dessa energia.

Então, nós estamos vendo claramente que as privadas tendem a ser melhores, estão *rankiadas* mais para cima do que as públicas, que estão *rankiadas* mais para baixo. Quando a gente vai para a questão só do valor médio do índice Aneel de satisfação do consumidor, que é aquele que a gente tem que atender, aquele que diz que a palavra final é a do rei do mercado, o consumidor, percebemos que o *ranking*, ao se considerar a média das empresas públicas, é de 62% de satisfação, enquanto no setor privado esse índice é de 68,3%. Então há uma diferença bem grande aí entre o público e o privado quanto à satisfação do consumidor, qualidade de entrega. É por isso que a gente mostra, na prática, que a privatização é boa.

Quando a gente vai para a teoria... A gente tem todas essas teorias para falar que é o mercado, que você concorre, você começa a disputar, começa a virar interesse da pessoa ter o consumidor satisfeito, e por aí vai, então por isso se eleva a qualidade do serviço prestado. E, quando a gente vai para a parte prática, observa que, em todo lugar do mundo onde o Estado se retira da intervenção econômica, a economia melhora. Então é mais nesse sentido mesmo. A gente tem mais dados também. Eu tenho até uma folha aqui que não deu tempo de ler, acabou de chegar, para poder falar um pouquinho mais da questão de Goiás. Posso deixá-la com você, para que veja como foi o caso lá específico. Obrigado.

O deputado Raul Belém* – Obrigado, deputado Bartô. Eu agradeço muito as suas colocações e informações e digo que precisamos, em primeiro lugar, não esquecer que quem decide sobre a venda da Cemig é o povo de Minas Gerais. Passou uma PEC

por esta Casa no passado, e hoje precisa haver um plebiscito para decidir sobre a venda da Cemig. Eu defendo isso. Quem tem de escolher é o povo. Eu acho que nós podemos fazer muito bem esse discurso aqui. Há pessoas que vão defendê-lo; há pessoas que vão falar que são contra. Mas, no final das contas, quem tem de decidir é o povo de Minas. Eles tiveram essa garantia através de uma PEC, são eles que têm de escolher se querem continuar com a Cemig, se acham que a Cemig é eficiente ou não, se acham que ela deve ser vendida.

Finalizando, presidente... O meu tempo já acabou, não é? Eu peço 1 minuto para trazer uma informação à Casa e lamentar muito o falecimento do ex-deputado estadual Milton de Lima Filho, deputado aqui por três vezes. É filho da minha cidade, Araguari; foi também deputado federal constituinte; foi prefeito da minha cidade por duas vezes; foi vice-prefeito também. Foi um homem que contribuiu muito para o Estado de Minas Gerais. Eu espero que possamos nos espelhar em exemplos de homens públicos como o Milton de Lima Filho, sempre uma pessoa de visão, que procurou ajudar a resolver os problemas da sociedade em vez de simplesmente buscar culpado ou apontar o dedo. Que possamos nos espelhar em homens públicos como esse, que foram forjados num tempo duro, num tempo em que houve uma ditadura militar, houve perseguição, e eles conseguiram sair lá na frente e, o mais importante, sem ódio no coração para seguir em frente com um Brasil mais justo para todos. Nós precisamos acabar com esse ódio no coração e entender que precisamos de pessoas de bem e de pessoas que estão abertas para poder, através de uma união, fazer o bem para o povo mineiro. Eu acho que esse é o motivo maior pelo qual todos nós estamos aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Sr. Presidente, boa tarde; colegas parlamentares, boa tarde; imprensa, todos que nos acompanham pela TV Assembleia, boa tarde.

Eu quero, presidente, prestar contas do trabalho que nós desenvolvemos ontem na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa, onde realizamos uma audiência pública que teve como objetivo discutir a situação do plano de atendimento das matrículas de 2020 das escolas estaduais. A situação é grave. Na minha opinião, ela é assustadora.

Faltando 34 dias para o fim do ano letivo de 2019, comunidades inteiras souberam, ao abrir uma tela de computador – isso aconteceu no dia 25 de outubro –, que suas escolas não existiriam mais em 2020. Outras tantas souberam, pela mesma tela de computador, que estariam proibidas de receber matrículas do ensino fundamental; e tantas outras não tiveram a oportunidade de ofertar o ensino profissionalizantes. Tudo isso foi informado a partir do dia 25 de outubro, quando as diretoras de escola tiveram acesso ao plano de atendimento.

Como é possível, em pouco mais de um mês para terminar o ano letivo na rede estadual, as comunidades e os prefeitos serem surpreendidos por essas informações? Quando a escola estadual fecha a porta de entrada, esse menino não desaparece. Se a porta na rede estadual está fechada, esse menino vai bater no município, e o município será obrigado, de alguma forma, a acolhê-lo. Essa criança não desaparece porque o Estado decidiu que não vai receber matrículas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Eu já disse muitas vezes que a educação requer um processo de planejamento de longo prazo, que as decisões não podem ser no plano imediato, e a audiência de ontem fez a escuta de quase 30 pessoas que trouxeram, de várias regiões do Estado, a sua indignação e a sua cobrança em relação ao fechamento de escolas, escolas inteiras fechadas, sem que houvesse, na proximidade, nas mesmas condições, a oferta dessa matrícula para o aluno.

Eu quero resgatar que a ideia de a criança e do adolescente estudarem próximos a sua casa é uma conquista da universalização da educação, do pertencimento daquele adolescente e daquela criança ao seu território. A criança não tem que se levantar ou sair da sua casa 2 horas antes para pegar um ônibus para que chegue até a sua escola; não tem que andar quilômetros para ter acesso à escola.

Então, a escola, no território, no distrito, no bairro, é uma conquista que não pode ser retirada, inclusive, sem escuta da comunidade escolar. O fechamento de escolas e a negativa de matrículas principalmente do 1º ao 5º ano é o que está mais forte, sem

conversar com os municípios. Alguns municípios disseram: “Não, não conseguimos atender a demanda”. O Estado, sem a escuta do município, fechou a sua porta de entrada, e o município vai ter que se virar para atender uma demanda que não pediu, que não é dele, que não tem estrutura ou condições de atender, até porque os municípios ainda estão buscando a universalização da educação infantil. Então, sem resolver os seus próprios problemas, centenas, dezenas de municípios estão sendo obrigados a acolher crianças e adolescentes numa matrícula que não foi conversada com o município. Esse foi o debate que nós tivemos em intensidade na audiência pública de ontem.

Resultado dessa audiência – por isso a importância do nosso debate, aqui, também, prestando contas: a Secretaria de Estado publicou um ofício, no final do dia de ontem, prorrogando até o dia 12 de novembro o prazo para que as direções das escolas possam ir a esse sistema e acrescentem as suas demandas que não estavam lá disponibilizadas inicialmente nesse plano de atendimento.

Então eu quero fazer um apelo: que essa informação possa circular para que todas as direções das escolas coloquem, nesse plano de atendimento a que a direção tem acesso até o próximo dia 12, a sua real necessidade, para que nós tenhamos a garantia do direito da criança e do adolescente naquela escola da sua comunidade. Ainda como consequência e encaminhamento da audiência de ontem, nós fizemos um forte apelo para que a secretaria reveja a situação de fechamento de escolas. Recebemos o compromisso de que ela vai avaliar a nova reunião, que será agendada ainda para o mês de novembro, para tratar sobre o assunto. Eu também fiz um encaminhamento.

A secretaria afirma que, onde se fechou matrícula, onde não se vai aceitar matrícula do 1º ao 5º ano ou de outros anos do ensino fundamental, onde houve fechamento ou municipalização e se quer transferir tudo para o município, foi o prefeito que pediu. Então o apelo que eu faço também é para que a gente converse com os prefeitos dessas cidades; que as comunidades escolares perguntem ao prefeito das suas cidades se esse prefeito quis que o Estado parasse de receber a matrícula do ensino fundamental, se o prefeito quis que a escola, que tem todo esse pertencimento, essa territorialidade e essa importância para as comunidades foi pactuada ou se o prefeito fez esse pedido. A situação é muito grave.

Eu lamento muito que as questões da educação deem menos ibope. A gente precisa dizer muitas vezes a mesma coisa para chamar a atenção, mas é para isso que a gente está aqui. Então eu quero chamar a atenção para a importância de o Estado não fechar a porta de entrada, porque ela é a única em vários municípios, é a única em vários distritos, é a única em vários bairros. Educação é planejamento, é de longo prazo. É inconcebível as comunidades saberem que as suas escolas fecharão com 30 dias para o ano letivo terminar, com 30 dias. O Estado está sendo promotor de desemprego quando superlota salas, quando diminui atendimento, quando não vai contratar professoras e professores, auxiliares de serviços, assistentes técnicos, como o número de hoje, para 2020.

E faço o apelo também para que as questões relacionadas ao ensino profissionalizante sejam mais bem atendidas pelo Estado. Eu tenho recebido muita reclamação de que a escola tem vaga, tem sala, e a secretaria não está autorizando a oferta de ensino profissionalizante em escolas que precisam, querem e têm a demanda para esse atendimento.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Muito obrigado, deputada Beatriz. Parabéns por trazer essa temática aqui. Nós temos recebido... Ainda ontem, o professor da comunidade Cachoeira do Norte, em Chapada do Norte, também nos contactou, porque, segundo ele, a escola pode ser fechada. Imaginem ali as crianças, os professores que vivem, que moram naquela comunidade terem que ir, em estrada de terra de péssima qualidade, para outra comunidade.

Deputada Beatriz, o que me traz aqui neste momento é prestar solidariedade aos familiares, a todo o mundo acadêmico – aos estudantes, a todos os professores, funcionários da Escola Orlando Tavares –, na comunidade Ponto de Marambaia, em Carai. Hoje, pela manhã, nós recebemos a triste notícia de que um jovem, um estudante, portando uma arma de fogo, adentrou à escola e feriu outros jovens. No momento, eram mais de 300 jovens naquela escola. No ano em que a gente ouviu falar tanto em armamento, vemos mais uma situação que nos choca. Eu quero aqui deixar a solidariedade a toda aquela comunidade, a toda a cidade de Carai, no Vale Jequitinhonha.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Obrigada, deputado. A gente está num momento da sociedade em que cada um tem a sua arma, não é? Cada um resolve o problema pela sua arma, e há a pregação de que o ódio se resolve pelo ódio, o empoderamento de que cada um tem o direito de ter a sua arma, e a intolerância de que a gente resolve as nossas diferenças eliminando o outro. Então todos nós somos responsáveis quando um adolescente pega uma arma e se vê no direito de tirar a vida do outro ou tenta tirar a vida do outro, ferir o seu colega de sala diante de uma frustração, diante de uma negativa que tenha recebido, diante de várias circunstâncias.

Eu quero também aproveitar para, aqui do Plenário, fazer também o meu gesto de solidariedade à Escola Estadual Orlando Tavares e a toda a sua comunidade, não dizendo que a professora tinha o direito de portar uma arma e não achando que, se uma professora estivesse com uma arma na mão, ela teria tido oportunidade de alguma defesa, porque eu não prego a violência como forma de resolver a violência. Se há adolescentes achando que têm o direito de resolver os seus problemas, as suas diferenças pela arma, entrando numa escola e, de forma violenta, se relacionando com os seus colegas a ponto de querer tirar a vida desses colegas, todos nós somos responsáveis por isso de alguma forma.

Ainda esta semana, eu participei de um debate, aqui, em alguma comissão da Casa, em que as nossas tarefas da educação foram completamente deturpadas. Eu apresentei, deputado Doutor Jean Freire, propostas que haviam sido discutidas no fórum técnico da educação, na legislatura passada, para que a escola pudesse ter programa educacional, que pudesse combater a discriminação que se relacionasse à raça, ao machismo, à LGTBfobia, que se relacionasse, enfim, à intolerância, porque a escola não pode ser o lugar da intolerância. E o que deveria ser algo importante, a não ser que nós queiramos que as nossas escolas sejam racistas, a não ser que estejamos pregando o machismo - e do machismo a gente vai evoluir para o feminicídio, pregando o direito de os homens matarem as mulheres; a não ser que nós achemos que as pessoas não devam ser respeitadas no seu direito de crença; a não ser que achemos que as pessoas que têm orientação sexual diferente da minha crença devam deixar de existir ou não tenham direito de utilizar um equipamento público como os da educação... Se nós não achamos nada disso, a escola tem que promover programas educacionais, porque toda vez que a escola falha, o resultado, lá na ponta, é a violência, é o feminicídio, é o racismo, é a morte, é a intolerância com a religião do outro, com o pensamento do outro, e a escola tem a obrigação, sim, de impedir que nós nos tornemos uma sociedade mais racista, mais letal, mais intolerante, que não consegue conviver com o pensamento do outro, que não consegue conviver com a religião do outro, que não consegue conviver com a cor da camisa do outro!

Isso não é audiência cativa para doutrinar ou manipular ninguém. Eu escutei de uma adolescente, esses dias, em Belo Horizonte: “Eles acham que nós somos burros para acharem que 50 minutos de uma aula, 20 minutos da leitura de um texto podem me manipular, como se eu não conseguisse construir o meu próprio raciocínio?”. Nós subestimamos os nossos adolescentes, inclusive achamos que eles são incapazes de construção do pensamento, se nós achamos que é possível ter essa tal doutrinação que dizem que acontece nas escolas.

Eu ouvi também, deputado – nem era minha intenção debater isso -, mas eu ouvi também um dia desses que o problema da educação foi o método Paulo Freire! Eu respirei tão fundo, Jean, porque me deu uma pena da incompreensão de quem afirmou isso! Alguém acha que, no Brasil, em algum momento da sua história, o método Paulo Freire foi implementando nas escolas e que o problema foi este: que implementou nas escolas e deu errado? Eu olhei, eu suspirei, eu respirei, eu devo ter feito até uma oração, naquele dia, à noite. Como é possível a pessoa se manter naquele posicionamento de não compreender a realidade e de construir a sua própria realidade? Aproveito para esclarecer, gente: assim como a terra não é plana, o óleo não transborda, quando chega ali ao final, as escolas brasileiras não adotaram o método Paulo Freire. Talvez, aí esteja o nosso problema, talvez esteja aí o nosso problema! Eu também quero esclarecer que houve ditadura militar, que pessoas foram assassinadas, foram mortas, desapareceram. Quero também dizer que as pessoas eram proibidas de exercer o livre pensamento, as pessoas eram proibidas de dizer aquilo que pensavam. Quero dizer que essas coisas aconteciam e não deixam de ter acontecido se a gente criar a nossa própria realidade.

Então, eu comecei falando da importância do pleno atendimento, passamos pela solidariedade à Escola Estadual Orlando Tavares, conversamos sobre a realidade das nossas escolas. Manifestei a minha solidariedade a todo Município de Carai, falei da importância de a gente proteger essa escola, da importância de a gente acolher, da importância de a gente combater todas as formas de violência. E eu aprendi com um professor, que foi agredido, aqui em Belo Horizonte. Eu subi muito brava, aqui nesta tribuna, para me indignar pela agressão; e o professor dizia à imprensa: “Eu estou preocupado com o aluno”.

Aquilo foi uma lição, porque o professor sabia de tudo aquilo que estava acontecendo com o aluno. Nós sabemos o que acontece com os nossos alunos e o que acontece com as nossas comunidades. Por isso que a gente tem que ser respeitado na nossa liberdade de cátedra, no nosso direito de ensinar. E é por isso que a gestão democrática – terminando, presidente – também precisa ser respeitada. É absurdo, é agressivo e é desrespeitoso com toda a construção da educação pública alguém achar que tem o direito de proibir a comunidade escolar de eleger a sua direção de escola por consulta. Se nós queremos ser eleitos e achamos que a população é importante - porque nós estamos aqui, todos nós eleitos pelo voto popular -, a gestão da escola, da mesma forma, por princípio constitucional, é democrática. E é por isso que nós estamos na batalha contra a PEC nº 32, que está em tramitação nesta Casa, na Comissão de Constituição e Justiça, que tenta retirar o direito de a comunidade escolar ser ouvida no processo de decisão da gestão da escola.

Então, também deixo um abraço aos diretores e diretoras de escolas, que nessa semana ficaram muito preocupados, como toda a comunidade escolar, vendo que alguém acha possível impedir a comunidade escolar de contribuir para que a escola tenha uma gestão democrática. Sigamos firmes nessa luta. Quando a sociedade está doente desse jeito, ela precisa ainda mais da educação.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 80/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 195/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 28/11/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento, com instalação, de móvel planejado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 85/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 198/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/11/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de pastas timbradas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 5/2019 – PROJETO SEGUNDA MUSICAL

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação referente ao processo seletivo do Projeto Segunda Musical, conforme previsto no Edital nº 5, de 12 de setembro de 2019.

APRESENTAÇÕES INDIVIDUAIS		
INSCRITOS HABILITADOS		
PROTOCOLO	CANDIDATO	INSTRUMENTO
83912	Aires Starling Cangussu	Violão
84206	Andre Castillo Dourado Freire	Violoncelo
83997	Carlos Henrique Fernandes	Marimba
84040	Carolina Scheffelmeier Marcilio Silva	Piano
83937	Daniel Barbosa Pinheiro	Violão
84031	Danilo Cunha	Piano
84016	Felipe Eugênio Dias Soares	Flauta Doce
83712	Felipe Malaquias Alves	Piano
83772	Flávio Marcionilho Pires dos Santos Moura	Violão Clássico
84015	Gabriel Telles de Mello e Silva	Harpa
84034	Gabriela de Cássia Vieira dos Santos	Piano
83996	João Pedro de Queiroz Morales	Violão
84038	Jordan Alexander Gomes Rodrigues Pereira	Piano
84001	Luiza Alves Moreira	Piano
84002	Marcelo Rodrigues dos Passos	Violão
84055	Mateus Restani Furtado	Piano
INSCRITOS NÃO HABILITADOS		
PROTOCOLO	CANDIDATO	JUSTIFICATIVA
83985	Amanda Moreira de Souza	A candidata não apresentou documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor); O repertório apresentado necessita de indicação de pianista acompanhador, conforme o item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
83802	Ângelo Márcio Resende	O integrante Ângelo Márcio Resende não apresentou justificativa de ausência na última audição, conforme previsto no item 7.15 do Edital nº 3, de 8/10/2018: “O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical

		para o ano de 2020, salvo apresentação de justificativa, por escrito, em até 15 dias da data agendada.”
84240	Breno Ferreira Barone	É necessário complementar o repertório para apresentação de, no mínimo, 9 minutos, conforme o item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
84026	Bruno Jorge de Sousa	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.” O integrante Bruno Jorge de Sousa não apresentou justificativa de ausência na última audição, conforme previsto no item 7.15 do Edital nº 3 de 8/10/2018: “O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical para o ano de 2020, salvo apresentação de justificativa, por escrito, em até 15 dias da data agendada.”
83973	Carlos Eduardo de Jesus Morais Araújo	O repertório apresentado necessita de indicação de pianista acompanhador, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
83678	Davi de Oliveira Emerick	É necessário inserir minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
83915	Emanuelle Lima Cardoso	O repertório apresentado necessita de indicação de pianista acompanhador, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
84230	Ícaro Pacheco Molinari	É necessário inserir o repertório para apresentação de, no mínimo, 9 minutos, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
84039	Jennifer Alexandra Gomes Rodrigues Pereira	Três participações (duas individuais e uma em grupo – Protocolo nº 84.042), conforme item 3.3 do edital: “Os candidatos a uma vaga (estudantes ou não estudantes) poderão participar de até duas composições.”
84210	Josafa Ferreira Vitor	É necessário inserir minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
84008	Kássio Ricardo da Costa Arão Silva	O integrante Kássio Ricardo da Costa Arão Silva não apresentou justificativa de ausência na última audição, conforme previsto no item 7.15 do Edital nº 3 de 8/10/2018: “O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical para o ano de 2020, salvo apresentação de justificativa, por escrito, em até 15 dias da data agendada.”

83913	Lais Magalhães Hirle	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
83492	Lorenzo Resende Oliveira	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
84103	Lucas Matheus Dutra	O repertório apresentado necessita de indicação de pianista acompanhador, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
83987	Luís Felipe Finelli Zólio	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
83885	Luiz Felipe Oliveira Rosa	O candidato não apresentou documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);
83811	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim	É necessário complementar o repertório para apresentação de, no mínimo, 9 minutos, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
84207	Marina Silva Guimarães Cota	O repertório apresentado necessita de indicação de pianista acompanhador, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.” A candidata não apresentou documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);
84239	Mateus Fonseca Junqueira	O candidato não apresentou justificativa de ausência na última audição, conforme previsto no item 7.15 do Edital nº 3, de 8/10/2018: “O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical para o ano de 2020, salvo apresentação de justificativa, por escrito, em até 15 dias da data agendada.”
83882	Paulo Augusto Mendes Porto	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
83724	Pedro César da Silva	O candidato não apresentou documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento

		da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);
84006	Pedro Henrique Gilberto Alves Souza	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
84196	Rafael Rafles Machado	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
83847	Tamires Rampinelli	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
84022	Vanessa de Gusmão Silva	Repertório classificado como não erudito, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.
84204	Vitor E. Lauer Morato	O candidato não apresentou documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);
84241	Waner Nogueira Silva	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.” O candidato não apresentou documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);
84243	William Matheus Corrêa Almeida	O candidato não apresentou documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);
APRESENTAÇÕES EM GRUPO		
INSCRITOS HABILITADOS		
PROTOCOLO	CANDIDATOS	CATEGORIA
83697	Heber Henrique dos Reis Paulo Augusto Borges	Duo
83767	Bruna Caroline de Souza Berbert Fernando Vago Santana	Duo
83768	Álisson Carvalho Berbert Fernando Vago Santana	Duo

83845	Letícia Muniz dos Santos Priscila Emile Piagentini de Souza	Duo
83866	Priscila Varela Verneque de Assis Almeida Joice Rafaela Coutinho Olívia de Souza Maia P: Ana Paula Machado Simões P: Rebeca Tavares Furtado	Quinteto
83963	Isabelle Magalhaes Alves Elis Sousa Rios P: Leonardo Lima de Oliveira	Trio London
83903	Elias Magalhães Moreira Laís Magalhães Hirle	Duo
83950	Rafael Silveira Figueiredo Danielle Chaves Oliveira Reis	Duo
83962	Joyce Trindade Pereira Faccion Carmem Célia Gomes	Duo Gomes Faccion
83990	Mariana Alves Furtado Breno Augusto Cardoso Cruz Joice Rafaela Coutinho	Trio
83992	Rafael Ribeiro Sebastian Miguel Cardoso	Duo
83981	Danielle Chaves Oliveira Reis Rafael Silveira Figueiredo	Duo
84024	Felipe Eugênio Dias Soares Maria Clara Ferreira Barbosa William Matheus Corrêa Almeida	Trio
83816	Carmem Célia Gomes Aires Starling Cangussu	Duo
83994	Caroline dos Santos Peres Lucas lages Rosa Viana	Duo
84019	Luiza Alves Moreira Sarah Reis Campos Moreira	Duo
83683	Sofia Lustosa Moreira Luiza Luana Rozza de Deus Vieira	Duo
84036	Ludson Vitor Sales Alves Sara Oliveira de Barros Felipe Nonato de Oliveira Ruth de Oliveira Barros	Quarteto
84105	Bárbara Guimarães Penido Eduardo Paes Barretto Filho	Duo
83914	Bárbara de Oliveira Moreira Jonatas Andrade Silva	Duo
84199	Davi Teixeira Camisassa Paulo Sérgio Rosa Filho	Duo
84206	Andre Freire Filipe Augusto Vieira da Costa	Duo
84232	Natalia Fonseca Pacheco Wagner Sander Delmondes	Duo

INSCRITOS NÃO HABILITADOS		
PROTOCOLO	CANDIDATOS	JUSTIFICATIVA
83785	Luísa Vogt Cota	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
	Hélcio Vaz do Val	
83808	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim	É necessário complementar o repertório para apresentação de, no mínimo, 9 minutos, conforme item 6.3 do edital: “O processo de habilitação consistirá na verificação da conformidade da documentação apresentada e do repertório proposto com o exigido por este edital.”
	Felipe Neves Guedes da Silva	
83849	Victor Mourthé Valadares	O repertório ultrapassa limite máximo permitido para a audição, conforme disposto no item 7.4 do edital: “A audição de cada candidato ou grupo terá duração máxima de 10 minutos.”
	Marcelo Almeida Sampaio	
84005	Robert Willian Gomes dos Santos	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.” Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Luiz Felipe Oliveira Rosa	
84006	Pedro Henrique Gilberto Alves Souza	É necessário inserir a minutagem das peças a serem apresentadas, conforme exigido pelo item 5.1.1 do edital: “Formulário eletrônico com informações do candidato, de cada um dos integrantes do grupo e do repertório erudito a ser apresentado na fase de seleção: h) Repertório a ser executado na audição, contendo, sobre cada peça: 5 – Minutagem.”
	Nicodemos Gabriel dos Santos	
84009	Kássio Ricardo da Costa Arão Silva	Os integrantes Kássio Ricardo da Costa Arão Silva e Alessandra Albuquerque de Carvalho Arão Silva não apresentaram justificativa de ausência na última audição, conforme previsto no item 7.15 do Edital nº 3, de 8/10/2018: “O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical para o ano de 2020, salvo apresentação de justificativa, por escrito, em até 15 dias da data agendada.”
	Alessandra Albuquerque de Carvalho Arão Silva	
84104	Renan Ezequias Fernandes	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);” Repertório ultrapassa limite máximo permitido para a audição, conforme disposto no item 7.4 do edital: “A
	Aline Ayres Vieira Lima	

	Leandro Fernandes Martins	
	P: Eduardo Quintão Vieira	audição de cada candidato ou grupo terá duração máxima de 10 minutos.”
83734	João Carlos Pena Angelo de Carvalho	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Thais Fatima Rodrigues Santos	
	Victor Emanuel Pereira de Sousa	
	Clarissa Andrade de Castro	
83967	P: Iara Regina Fricke Matte	Concentus Musicum de Belo Horizonte – Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);” A integrante Jessye Ariane Gomes de Oliveira não apresentou justificativa de ausência na última audição, conforme previsto no item 7.15 do Edital nº 3, de 8/10/2018: “O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical para o ano de 2020, salvo apresentação de justificativa, por escrito, em até 15 dias da data agendada.”
	Helen Isolani Marques	
	Liliane da Silva Maciel	
	Luísa Vogt Cota	
	Caroline dos Santos Peres	
	Vanessa de Gusmão Silva	
	Juliana de Souza Costa Soares	
	Jessye Ariane Gomes de Oliveira	
	Altamiro Gonçalves Dionízio	
	Marcelo Augusto Vieira Maia	
	Paulo Henrique Hoffmam dos Reis	
	Dayvid Lucyan Aguiar de Melo	
	Fabício Alves Rodrigues	
	Lucas Ferreira Nogueira	
P: Hélcio Vaz do Val		
83775	Amanda Moreira de Souza	Quinteto Horizontes – Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Bárbara Augusta Brasil Nicolau	
	Jordane Moraes Messias	
	Samuel Monteiro de Alcântara Siqueira Rodrigues Goetz	
	Bernardo Jorge Pereira	

83915	Emanuelle Lima Cardoso	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Bruno Cruz	
83891	Mariana Correa de Oliveira	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Bruno Cruz de Souza Medeiros	
83870	Hadassa Nogueira dos Santos Muniz	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Luisa Doné Totini Gomes	
83993	Aline Pereira Magalhães Silva	Quarteto Flor – As candidatas não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Letícia Muniz dos Santos	
	Mariana Correa de Oliveira	
	P: Emanuelle Lima Cardoso	
84180	P: Tiago Luis Costa e Silva	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Ygor Stefano da Silva	
	Josué Franciscnâel de Paula Siqueira	
	Victor Alves Rocha	
	Lucas Eduardo Oliveira do Carmo	
	Barbara Eduarda Romano Silva	
	Veronica do Carmo Gabriel	
	Paulo Roberto Silva Costa	
P: Samuel Gomide Freitas		
84207	Marina Silva Guimarães Cota	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Pedro César da Silva	
84221	Ícaro Pacheco Molinari	Os candidatos apresentaram documento de matrícula desatualizado, em desconformidade com o exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Ellen Caroline da Silveira	
84224	Vanilce Rezende de Moraes Peixoto	As candidatas não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Lauriza Valkíria Anastácio	

84225	P: Ana Paula Rocha Ferreira	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);” A integrante Talitha Debora Gomes Marinho não apresentou justificativa de ausência na última audição, conforme previsto no item 7.15 do Edital nº 3, de 8/10/2018: “O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical para o ano de 2020, salvo apresentação de justificativa, por escrito, em até 15 dias da data agendada.”
	Vanilce Rezende de Moraes Peixoto	
	Talitha Debora Gomes Marinho	
	Mariana Alves de Souza	
84010	Marco Túlio Nolasco Aganetti	Os candidatos Matheus Silva Macedo e Ciro Miranda Quaresma dos Santos apresentaram comprovante desatualizado, em desconformidade com o exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Ana Clara Dileta Almeida	
	Matheus Silva Macedo	
	Ciro Miranda Quaresma dos Santos	
84042	Jordan Alexander Gomes Rodrigues Pereira	Três participações de Jennifer Alexandra Gomes Rodrigues Pereira (duas individuais e uma em grupo – Protocolo nº 84.039). Solicitar o cancelamento de uma participação, conforme item 3.3 do edital: “Os candidatos a uma vaga (estudantes ou não estudantes) poderão participar de até duas composições.”
	Jennifer Alexandra Gomes Rodrigues Pereira	
83998	Matheus Dufrayer Ribeiro Finoti	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Isabella Caroline de Lima Barros	
	Gabriel Vitor Silva	
84015	Gabriel Telles de Mello e Silva	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Alef Caetano Silva	

84037	Alef Caetano Silva	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Ighor de Bastos Ank	
84035	Leandro Henrique Muniz Dantas	Coro de Câmara Libre Cantare – Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Lorena Kelly Santos	
	Pablo Henrick Sales de Morais	
	Bruno Afonso Silva	
	Miriã Isabela dos Santos	
	Débora Carolina Marciano e Silva	
	Leonardo Ferreira de Lima	
84124	Talita Lages Cotta Martins	Os candidatos não apresentaram documento de matrícula atualizado, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: “Comprovante de matrícula atualizado ou documento comprobatório da condição de estudante no momento da inscrição (comprovante de matrícula em instituição de ensino de música ou declaração redigida e assinada pelo professor tutor);”
	Frederico Carlos Natalino	

Conforme expresso no edital em epígrafe, em especial no item 8.5, o candidato não habilitado poderá apresentar recurso em até três dias úteis contados a partir da data de publicação deste resultado.

O recurso deverá ser encaminhado para o *e-mail* selecao.cultural@almg.gov.br.

Consulte o edital para mais orientações sobre o formato de apresentação do recurso.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2019.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 7/2019 – PROJETO ZÁS

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação referente ao processo seletivo do Projeto Zás, conforme previsto no Edital nº 7, de 12 de setembro de 2019.

MODALIDADE I – SHOW DE MÚSICA		
INSCRITOS HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA	PROPONENTE
N/A	Acorde Lis – Cantando o que cantaram	Ana Calina Araújo Pinto
N/A	Adeir Alves de Souza – Show Dandai	Adeir Alves de Souza
N/A	Alteradores Duo ao Vivo	Alex Tarcísio Eustáquio D’ates da Silva
N/A	Áspro – Rock, poesia e fantasiação (II)	Gleidston Alis Mendes de Campos
N/A	Boi Luzeiro – A Embaixada do Sol	Dhionatan Victor Militani de Souza
N/A	Caldêra – Mar de Terra	Gabriel Ladeia Maciel
N/A	Daniel Augusto – Recital Brasileiro	Daniel Augusto Oliveira Machado
N/A	Dário Marques – Viola Caipora	Dário Marques Barbosa
N/A	Dois Lados – Outras Histórias	Jéssica Senhorini Alvarenga
N/A	Dudu Caldeira – Versos e Melodias: Amor e Direitos	Eduardo Caldeira Batista
N/A	Elephants in the room – [jazz+bossa+pop]	Márcio Ronei Cravo Soares
N/A	Felipe de Oliveira – Coração Disparado	Felipe de Oliveira Rodrigues
N/A	Foka Senna e Nildon Senna – Homens do Sol	Diogo Sena Amaral
N/A	Fran Januário Quarteto – Show Universo Interior	Francielle Gomes de Almeida
N/A	Humaitá – Alvorada Nova	Pedro Couto Gontijo

N/A	Laiah – Momentos	Janaina Gonçalves de Faria
N/A	Lorena Amaral – Tributo às Divas do Rock	André Moreira Marquez
N/A	Máira Manga	Máira Nogueira Mateus Ferreira
N/A	Makely Ka – Rio Aberto	Makely Oliveira Soares Gomes
N/A	Mamutte – Show Epidérmico	Felipe Saldanha Odier
N/A	Marina Flor – Viniciania: a poesia cantada de Vinicius de Moraes	Marina Silva Guimarães Cota
N/A	Melissa Mundim & Márcia Tauil – Melhor Agora, Melissa Mundim musicada por Márcia Tauil	Melissa Fernandes Mundim
N/A	Renato Enoch – Recortes	Renato Leite Enoch
N/A	Thiago Nani Quarteto – Casa Três	Thiago Paulo Garcia Nani
N/A	Tom Sobre Tom [quarteto vocal] & Alquimia Brasil [trio instrumental] – Harmonia das Vozes [Brasil com 'S']	Ligia Jaques Leonel
N/A	Vivian Assis e Rafael Pansica – Sabiá: a parceria de Tom e Chico	Vivian Assis Carvalho
INSCRITOS NÃO HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA/PROPONENTE	JUSTIFICATIVA
N/A	Proposta: Além Disso – O Lado B do Clube da Esquina Proponente: Sofia Cupertino Furtado	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.”
N/A	Proposta: Beth Leivas e Trio – Show Sete Proponente: Elisabeth Leivas de Ávila	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.”
N/A	Proposta: Choro de Veredas – Roda de choro com Choro de Veredas Proponente: Pedro Henrique Melo Pousas	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.”
N/A	Proposta: Circo Marimbondo Show Proponente: Bianca Luar Maciel de Araújo Ribeiro	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “b) faixas musicais e roteiro do show em sonoras de no mínimo 5 e no máximo 10 faixas em formato mp3, sendo que, no mínimo cinco das faixas enviadas para avaliação deverão integrar o roteiro do show; c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.”
N/A	Proposta: Duo Dama – Triz Proponente: Ailla Rennó Abras Ferreira	A proposta não obedece ao disposto no item 6.1 do Edital: “a) ficha de inscrição devidamente preenchida; b) ficha técnica contendo informações como nome, identidade e função de cada integrante técnico e artístico e outros; c) currículo artístico contendo informações sobre o artista ou banda, trajetória e outros” (não apresentou ficha de inscrição, ficha técnica e currículo artístico).
N/A	Proposta: Elisa de Sena – Cura Proponente: Elisa Marta de Sena	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “b) faixas musicais e roteiro do show em sonoras de no mínimo 5 e no máximo 10 faixas em formato mp3, sendo que, no mínimo, cinco das faixas enviadas para avaliação deverão integrar o roteiro do show;” (formato de arquivos inadequado).
N/A	Proposta: Felipe de Oliveira – Quem Não Viu Jamais Verá Proponente: Felipe de Oliveira Rodrigues	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “b) faixas musicais e roteiro do show em sonoras de no mínimo 5 e no máximo 10 faixas em formato mp3, sendo que, no mínimo, cinco das faixas enviadas para avaliação deverão integrar o roteiro do show;” (enviou quantidade de faixas

		menor do que a mínima permitida);
N/A	Proposta: Grupo Turquesa e Banda – Feminina Proponente: Raniele Aniceto Barbosa	A proposta não obedece ao disposto no item 6.1 do Edital: “a) ficha de inscrição devidamente preenchida; b) ficha técnica contendo informações como nome, identidade e função de cada integrante técnico e artístico e outros; c) currículo artístico contendo informações sobre o artista ou banda, trajetória e outros” (não apresentou ficha de inscrição, ficha técnica e currículo artístico).
N/A	Proposta: Jackson Abacatu – Abstrato Som Proponente: Jackson F Teixeira Produções	A proposta não obedece ao disposto no item 6.1 do Edital: “a) ficha de inscrição devidamente preenchida; b) ficha técnica contendo informações como nome, identidade e função de cada integrante técnico e artístico e outros;” (não apresentou ficha de inscrição e ficha técnica do Edital) A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “a) proposta artística contendo o conceito do show, suas características, diferenciais etc.,” (não utilizou o formulário do Edital).
N/A	Proposta: Júlio Campos – Mar de Montanhas Proponente: Júlio César Campos	A proposta não obedece ao disposto no item 6.1 do Edital: “b) ficha técnica contendo informações como nome, identidade e função de cada integrante técnico e artístico e outros;” (ficha não preenchida).
N/A	Proposta: Moisés Pescador – #CantaLagoinha Proponente: Moisés Pescador Cultura e Arte	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica” (apresentou quantidade de vídeos menor do que a quantidade mínima permitida).
N/A	Proposta: Nino Aras – Canto de Rio Proponente: Werlen Fonseca Vieira	A proposta não obedece ao disposto no item 6.1 do Edital: “b) ficha técnica contendo informações como nome, identidade e função de cada integrante técnico e artístico e outros;” (ficha não preenchida).
N/A	Proposta: Rubens Espíndola – Blueszonhas Proponente: Rubens Pinheiro Espíndola	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “a) proposta artística contendo o conceito do show, suas características, diferenciais etc.; c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.” (não há nomes nas faixas no roteiro musical e vídeos em formatos não suportados).
N/A	Proposta: Semreceita – Música Instrumental Brasileira Proponente: Fernando Henrique de Sá Monteiro	A proposta não obedece ao disposto no item 6.2 do Edital: “Se o proponente for pessoa jurídica, além dos documentos de que trata o item 6.1, deverá apresentar comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br).” (não apresentou documento).
N/A	Proposta: Town Mania – 20 Anos Proponente: Douglas Rodrigues	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.” (somente dois vídeos com som, o terceiro está mudo).
N/A	Proposta: Tríade – Manifest Proponente: Enéias Gonçalves Hamaguchi	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “a) proposta artística contendo o conceito do show, suas características, diferenciais etc.; b) faixas musicais e roteiro do show em sonoras de no mínimo 5 e no máximo 10 faixas em formato mp3, sendo que, no mínimo, cinco das faixas enviadas para avaliação deverão integrar o roteiro do show; c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.” (não apresentou proposta,

		faixas e vídeos).
N/A	Proposta: Ultra Jazz Big Band – Tim Maia “Se me levam, eu vou” Proponente: Ultra Jazz Big Band	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “a) proposta artística contendo o conceito do show, suas características, diferenciais etc.,” (não há informações sobre as faixas e o roteiro musical).
N/A	Proposta: Wontara Brasil – Ritmos da Guiné Proponente: Maria Laura Renan de Menezes	A proposta não obedece ao disposto no item 7.2.1 do Edital: “c) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou videoclipes, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance vocal, instrumental e cênica.” (quantidade de vídeos é menor do que a mínima permitida).
MODALIDADE II – TEATRO ADULTO		
INSCRITOS HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA	PROPONENTE
N/A	Anselmo Bandeira – Sol	Gabriel Aires Corrêa de Sá
N/A	Pairo: Afetos de Um Pássaro	Clara Fernandino Dias
N/A	O Resgate do Soldado Rayan	Brenda A. de Souza Fernandes
N/A	Beethoven – Fantasia do Imortal	Ricardo B. Matosinho Silva
N/A	Felizes para Sempre	Fernanda Xavier Ribeiro
N/A	Asikatali – Não É Tarde Demais	Marina Linhares Lino de Souza
INSCRITOS NÃO HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA/PROPONENTE	JUSTIFICATIVA
N/A	Proposta: Aconteceu Comigo: Sua História em Cena Proponente: Creatio Teatro Playback	A proposta não atende ao disposto no item 6.2 do Edital: “Se o proponente for pessoa jurídica, além dos documentos de que trata o item 6.1, deverá apresentar comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br)”
MODALIDADE III – TEATRO INFANTIL/CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS		
INSCRITOS HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA	PROPONENTE
N/A	Sereias	Jéssica Tamietti de Almeida
N/A	Heróis do Cotidiano	Liberia Produções Artísticas
N/A	Pru-Ti-Ti Memórias de Estimação	Insensata Cia de Teatro
N/A	Uma História do Tambor	Maria Laura Renan de Menezes
INSCRITOS NÃO HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA/PROPONENTE	JUSTIFICATIVA
N/A	Proposta: O Gol Não Valeu! Proponente: Zona de Arte da Periferia – Zap 18	A proposta não atende ao disposto no item 6.2 do Edital: “Se o proponente for pessoa jurídica, além dos documentos de que trata o item 6.1, deverá apresentar comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br)” (enviou certidão negativa – CND)
MODALIDADE IV – MÁGICA/STAND-UP COMEDY/PERFORMANCE		
INSCRITOS HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA	PROPONENTE
N/A	Família Kradyn	Claudio Luiz Pena Medina
N/A	Família Kradyn – A Escola Mágica	Eliana Aparecida da Silva Medina
N/A	Família Kradyn – A Mágica da Proximidade	Claudio Luiz Pena Medina
N/A	Grupo Voz e Poesia – Uma Aventura na Amazônia	Luciano Luppi
N/A	KJR Produções – A Comédia Mágica	Claudio Luiz Pena Medina Junior
N/A	Kradyn Junior – MentalMente	Claudio Luiz Pena Medina Junior
INSCRITOS NÃO HABILITADOS		

PROTOCOLO	PROPOSTA/PROPONENTE	JUSTIFICATIVA
N/A	Proposta: Bruno Costoli – Precisamos falar sobre Proponente: Bruno Marcos da Costa Oliveira	A proposta não atende ao disposto no item 7.2.2 do Edital: “d) vídeos de um a três trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou ensaios, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração total de até 15 minutos, que ilustrem a performance cênica” (vídeo corrompido)
N/A	Proposta: CJ Produções – Relaxa e Gosta Proponente: Christiano Junqueira de Oliveira	A proposta não atende ao disposto no item 6.2 do Edital: “Se o proponente for pessoa jurídica, além dos documentos de que trata o item 6.1, deverá apresentar comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br)”
N/A	Proposta: Ilma Silvério – Várias Proponente: Ilma Aparecida Silvério	A proposta não atende ao disposto no item 7.2.2 do Edital: “c) no mínimo 3 e no máximo 10 fotos, desenhos ou croquis dos cenários e figurinos ou justificativa do proponente, se a ausência de cenário ou de figurino integrar a proposta artística ou se esses recursos forem utilizados, no espetáculo, em configuração que impossibilite a apresentação da referida documentação” (enviou apenas uma foto)
MODALIDADE V – DANÇA		
INSCRITOS HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA	PROPONENTE
N/A	Cia de Dança Pátio Flamenco – Flamenco en los Montes	Elisa Maria Corrêa Pires
N/A	Diogo Gonçalves – Vanitas	Diogo Gonçalves da Silva
N/A	Flaviane Lopes – Ensaio para as almas	Flaviane Angélica Lopes de Oliveira
N/A	Grupo Contemporâneo de Dança Livre – Orbis Finis	Duna Dias Viana
N/A	Interpasso Cia de Dança – Diariamente	Cassiano Rosa Rodrigues
INSCRITOS NÃO HABILITADOS		
PROTOCOLO	PROPOSTA/PROPONENTE	JUSTIFICATIVA
N/A	Proposta: Cia Café com Dança – Recordações de um Tango Proponente: Espaço Cultural Nossa Casa Ltda.	A proposta não atende ao disposto no item 7.2.3 do Edital: “d) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou ensaios, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance” (enviado um vídeo somente, formato distinto do solicitado e tempo máximo excedido)
N/A	Proposta: Cia Nóláemcasa – Silêncio Prenhe Proponente: Patrícia Caldeira Brant Furquim Werneck	A proposta não atende ao disposto no item 7.2.3 do Edital: “d) de três a cinco trechos de gravações em vídeo de apresentações anteriores ou ensaios, em formato MPEG4, WMV ou AVI, com duração máxima de 5 minutos cada, que ilustrem a performance” (vídeos aparentam estar corrompidos, há somente som)
N/A	Proposta: Grupo Jovem Arte & Passo – Maslow & Incôscio Proponente: Liana Safadi Ubaldo	A proposta não atende ao disposto no item 6.2 do Edital: “Se o proponente for pessoa jurídica, além dos documentos de que trata o item 6.1, deverá apresentar comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br)”

Conforme expresso no edital em epígrafe, em especial no item 8.5, o candidato não habilitado poderá apresentar recurso em até três dias úteis contados a partir da data de publicação deste resultado.

O recurso deverá ser encaminhado para o *e-mail* selecao.cultural@almg.gov.br.

Consulte o edital para mais orientações sobre o formato de apresentação do recurso.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2019.

**ERRATAS****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/10/2019, na pág. 13, no título, onde se lê:

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46”, leia-se:

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46/2019”.

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM
6/11/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/11/2019, na pág. 36, na parte relativa à discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.856/2015, onde se lê:

“Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.856/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.”, leia-se:

“Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.856/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.”.